

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CRISTIANE RODRIGUES MENDONÇA DE SOUZA

**ENSINO SECUNDÁRIO E A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS
GRATUITOS (CNEG): COLÉGIO CENECISTA DR. JOSÉ FERREIRA, UBERABA-
MG (1953 - 1971)**

**UBERABA - MG
2017**

CRISTIANE RODRIGUES MENDONÇA DE SOUZA

**ENSINO SECUNDÁRIO E A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS
GRATUITOS (CNEG): COLÉGIO CENECISTA DR. JOSÉ FERREIRA, UBERABA-
MG (1953 - 1971)**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE) - Campus Uberaba (MG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Processos Educacionais e seus Fundamentos

Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

UBERABA - MG
2017

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

S89e Souza, Cristiane Rodrigues Mendonça de.
Ensino secundário e a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG): colégio cenequista Dr. José Ferreira, Uberaba-MG (1953-1971)/ Cristiane Rodrigues Mendonça de Souza. – Uberaba, 2017.
97 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

1. Educação. 2. Ensino secundário. 3. Uberaba (MG). I. Gonçalves Neto, Wenceslau. II. Universidade de Uberaba. III. Título.

CDD 370

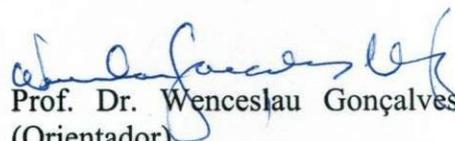
Cristiane Rodrigues Mendonça de Souza

**ENSINO SECUNDÁRIO E A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS
GRATUITOS (CNEG): CÓLEGIO CENECISTA DR. JOSÉ FERREIRA,
UBERABA-MG (1953-1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 06/07/2017

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto
(Orientador)
UNIUBE - Universidade de Uberaba


Prof. Dr. Wolney Honório Filho
UFG - Universidade Federal de
Goiás/Regional de Catalão


Prof.^a Dr.^a Luciana Beatriz de Oliveira
Bar de Carvalho
UNIUBE - Universidade de Uberaba

Dedico à minha querida mãe, Nilza, meu alicerce e anjo da minha vida! Ao meu esposo, Alexandre, por toda a história que construímos! Aos meus filhos, Lucas e Paula, motivos do meu viver! Se não fosse por eles, eu não teria trilhado este caminho.

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas foram fundamentais ao longo desta pesquisa. A todas elas, meu agradecimento:

À minha querida mãe, por ter dedicado toda sua vida a mim e aos meus filhos. Amiga de todas os momentos.

Ao meu esposo Alexandre, pelo seu amor, por sua cumplicidade, por ter-me incentivado desde o início dessa jornada.

Aos meus filhos, Paula e Lucas, por me compreenderem.

Ao meu orientador, Professor Dr. Wenceslau, por todas as contribuições para esta pesquisa e meu profundo respeito ao seu profissionalismo.

Aos meus colegas do Mestrado em Educação, Deborah, Mauro e Fabiana, pelas horas de estudo e de amizade que passamos juntos.

Aos integrantes da Banca de Qualificação e Defesa, Prof^a Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, Prof. Dr. Gustavo Araújo Batista, Prof. Dr. Wolney Honório Filho.

Ao Professor e Diretor do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, Danival Roberto Alves, por permitir o acesso à documentação histórica da instituição.

Aos colegas e coordenadoras da secretaria do colégio, por disponibilizarem a documentação histórica utilizada nesta pesquisa, Maria Natalina Delalíbera, Maria Clarete Buso (Tia Léa) e Mozart

Obrigada!

RESUMO

Esta dissertação debate, de maneira conceitual, a evolução do Ensino Secundário na transição da elite econômica brasileira para a sua popularização e a trajetória do Ginásio Dr. José Ferreira em Uberaba entre 1953 e 1971. Foi desenvolvida na linha de pesquisa “Processos Educacionais e seus fundamentos” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba. A fim de se traçar um caminho coerente para o desenvolvimento do tema, enfatizam-se como objetivo geral compreender os aspectos históricos que levaram ao surgimento e desenvolvimento da entidade Campanha Nacional de Escolas da Comunidade em nível nacional e especificamente do Colégio Dr. José Ferreira, entre 1953 e 1971. E, como objetivos específicos, conceituar a formação do Ensino Secundário no período de 1930 a 1971; e debater sobre as reformas ocorridas que foram responsáveis pela evolução do Ensino Secundário no atendimento de toda a população. Nessa perspectiva, surgem duas questões que vão permear todo o texto e que deverão ser respondidas até a finalização desta investigação: Quais foram os processos que levaram o Ensino Secundário em um espaço educacional reservado à elite econômica e cultural no Brasil à popularização para toda a sociedade brasileira? Como se constitui e se estabelecem a Campanha Nacional das Escolas da Comunidade no Brasil, assim como o Colégio Cenecista Dr. José Ferreira em Uberaba (MG)? O período do recorte temporal é caracterizado por uma realidade política e social marcada por um regime autoritário da época do Estado Novo (1937-1945) e a transição de uma Educação direcionada à elite econômica para o início de um ensino secundário com caráter público no Brasil. A abordagem metodológica desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como instrumentos de coleta de dados, além das obras de referência, livros de atas e de reuniões, folhas datilografadas do arquivo particular da escola, fotografias, o jornal local, entre outros documentos. O referencial teórico baseia-se em informações adquiridas em análise de contexto teórico relacionado ao tema da educação secundária durante o período recorte através de contribuições de Romanelli (1983), Zotti (2004), Vieira (2008), Anísio Teixeira (1954) e do fundador da CNEC, Felipe Tiago Gomes (1989). Como resultado, o presente estudo apresenta grande relevância social, uma vez que pretende contribuir com o âmbito acadêmico, oferecendo, por meio da pesquisa, uma visão diferenciada acerca do tema, ampliando o material teórico, que poderá ser utilizado a fim de desenvolver estudos e pesquisas posteriores, estimular o aprofundamento sobre o tema e sobre assuntos relacionados que possam originar-se a partir do interesse desta dissertação.

Palavras-chave: Educação Secundária. Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Colégio Cenecista Dr. José Ferreira.

ABSTRACT

This dissertation discusses in a conceptual way, the Secondary Education evolution in the Brazilian economic elite to its popularization and Dr. José Ferreira secondary school path. It was developed in the research line “Educational processes and their foundations” of the Postgraduate Program in Education at the University of Uberaba. In order to draw a coherent path for the theme development, it emphasizes as the general objective understand the historical aspects that led to the development and emergence of the National Campaign of Community Schools on national level and in particular Dr. José Ferreira Cenecista School between 1953 and 1971. And as specific objectives, conceptualize the constitution of the Secondary Education between 1930 and 1971; and debate the occurred changes that were responsible for the Secondary Education evolution in entire population achievement. In this perspective, two questions that are going to permeate the whole text arise and should be solved to the end of this study: What were the processes that led the Secondary Education in an educational area reserved to the economic and cultural elite in Brazil, to popularization throughout the Brazilian society? How is the National Campaign of Community Schools in Brazil established and settled, as well as Dr. José Ferreira Cenecista School in Uberaba (MG)? The temporal cutout is characterized by a political and social reality marked by Estado Novo authoritarian administration (1937-1945) and the transition from an education directed to the economic elite to the beginning of a public secondary education in Brazil. The research was developed on documentary and written sources such as ATAS and meeting books, mimeographed sheets from the school's private register, photographs, local and official press, and other documents. The theoretical reference is based on information acquired in analysis of theoretical context related to the subject of secondary education during the temporal cutout through contributions of Romanelli (1983), Zotti (2004), Vieira (2008), Anísio Teixeira (1954) and of the CNEC founder, Felipe Tiago Gomes (1989). The present study is justified because it intends to contribute to the academic field by offering a differentiated view of the subject through the research, expanding the theoretical material that can be used in order to develop further studies and research, stimulate the subject deepening, related subjects and other scientific aspects that can originate from this dissertation interest.

Keywords: Secondary School. National Campaign of Community Schools. Dr. José Ferreira Cenecista School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Gráfico 26: Brasil – Taxa de Matrícula no Segundo Grau ou Secundário 1940	41
Figura 2 Felipe Tiago Gomes – fundador da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade	48
Figura 3 Fotografia de Doutor Getúlio Vargas com o Prefeito Antônio Próspero em 1952 - História de Uberaba – Fundação de Uberaba – Famílias de Uberaba	66
Figura 4 Fotografia da Fachada do Grupo Brasil em 1920 - Acervo do Arquivo Público de Uberaba. A foto é de autoria desconhecida.....	68
Figura 5 Fotografia da Praça Comendador Quintino/Praça do Grupo Brasil, 1920.....	68
Figura 6 Fotografia de Dr. José de Oliveira Ferreira (1864 – 1951).....	69
Figura 7 Fotografia do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira em 1960 – Arquivo particular do Colégio Dr. José Ferreira – Uberaba (MG)	74
Figura 8 Fotografia da Vista do pátio interno do Colégio – Arquivo particular do Colégio Dr. José Ferreira – Uberaba (MG).....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Contribuições Oficiais dos Governos Estaduais à CNEG (1963- 1965).....	57
Quadro 2 Expansão da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - Cnec (1946- 1970)	57
Quadro 3 Carga horária semanal do Ginásio no ano de 1957	76
Quadro 4 Carga horária semanal do Ginásio no ano de 1958	76
Quadro 5 Registro de número de matrículas por ano	77
Quadro 6 Cidade por número de alunos da 1ª série Ginasial em 1954	77
Quadro 7 Profissões dos pais por número de alunos da 1ª série Ginasial em 1954	78
Quadro 8 Exames de Admissão por ano, alunos admitidos e alunos aprovados.....	79
Quadro 9 Resultados Finais - Primeira série do curso noturno do Ginásio Dr. "José Ferreira.....	80
Quadro 10 Resultados Finais - segunda série do curso noturno do Ginásio Dr. "José Ferreira"	81
Quadro 11 Resultados Finais - terceira série do curso noturno do Ginásio Dr. "José Ferreira"	81
Quadro 12 Resultados Finais – quarta série do curso noturno do Ginásio Dr. "José Ferreira"	82

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Médio
CE	Ceará
CODAU	Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba
CGP	Campanha do Ginasiano Pobre
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEC	Campanha Nacional das Escolas da Comunidade
CNEG	Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETUB	Escritório Técnico da Universidade do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PE	Pernambuco
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEC	União Nacional dos Estudantes Cenecistas
UNIFRAN	Universidade de Franca
UNIUBE	Universidade de Uberaba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Considerações Iniciais	14
CAPÍTULO 1 A TRANSIÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO DO PRIVILÉGIO DA ELITE ECONÔMICA PARA O DIREITO, INCLUSIVE, DA CLASSE POPULAR NO BRASIL	21
1.1 A formação do Ensino Secundário entre 1930-1971: considerações gerais	21
1.2 A reforma Capanema e a Educação na Segunda República	28
1.3 O Ensino Secundário desde o Estado Novo (1940- 1946) à promulgação da Lei nº 5692 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 11 de agosto de 1971	37
CAPÍTULO 2 CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE (CNEC)	43
2.1 Desenvolvimento Comunitário	43
2.2 Contexto histórico	47
2.3 Evolução da CNEC (1953-1971)	60
CAPÍTULO 3 GINÁSIO “DR. JOSÉ FERREIRA” – UBERABA(MG)	65
3.1 A implementação do Ginásio Dr. José Ferreira	65
3.2 Dr. José de Oliveira Ferreira	69
3.3 A ação de Felipe Tiago Gomes	70
3.4 A realização das atividades docentes	76
3.5 Regulamentação do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS	89
Websites consultados	94
ANEXOS	96
Anexo 1 Portaria nº 2, de 25 de julho de 1972, Inspeção seccional de Uberaba	96
Anexo 2 Portarias nºs. 459/76 a 470/70	97

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

O objeto desta pesquisa foi: Como se instituiu o Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, que é uma unidade integrante da CNEC e foi fundado com o intuito de oferecer Ginásios gratuitos a jovens pobres brasileiros. As questões norteadoras foram: Como a instituição incorporou as reformas educacionais que as leis nacionais apresentavam, como a Lei nº 5.692/1971, que estabeleceu o ensino de Primeiro Grau, com duração de oito anos letivos, e o Segundo Grau, com duração de três anos obrigatórios? O que se esperava do Ensino Secundário dentro da CNEC/Uberaba?

Torna-se oportuno, neste espaço, revisitar a formação desta pesquisadora. Ela iniciou a profissão docente em 1990, aos dezenove anos, em escolas de idiomas. Posteriormente, ministrou aulas na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM – onde foi aprovada no concurso de professor substituto em 2004. Lecionou também no Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM, em 2013 e encontra-se na docência do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira desde 2010.

A pesquisadora ingressou, primeiramente, na Graduação em Tecnologia em Processamento de Dados (UNIUBE) em 1991. Sempre envolvida com a Língua Inglesa e admiradora da respectiva cultura, ingressou no programa de Pós-Graduação em Língua Inglesa na Universidade de Franca (UNIFRAN) em 2004; na Graduação em Letras Português-Inglês na Universidade de Uberaba (UNIUBE) em 2006 e, posteriormente, na Pós-Graduação em Educação no Curso de Mestrado da Universidade de Uberaba (UNIUBE) em 2015. Ainda, é importante aludir que, entre as razões que conduziram a pesquisadora à realização desta pesquisa, cita-se a motivação de ministrar, há sete anos, a disciplina Língua Inglesa nos Ensinos Fundamental II e Médio do Colégio Dr. José Ferreira. A isso, juntam-se a admiração pela memória do fundador da CNEC, Felipe Tiago Gomes, e o fato de a CNEC ter sido uma das contribuidoras de escolas públicas no Brasil.

Ressaltamos que a Escola Secundária, no Brasil, tem passado por diversas etapas, desde 1930, e tem sido submetida a muitas reformas educacionais para melhor atender à população brasileira. Durante o regime autoritário do ex-Presidente Getúlio Vargas, no Estado

Novo (1937-1945), a Escola Secundária, vinda da Segunda República, ainda era marcada por uma Educação voltada para a elite. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) elucidam:

[...] definição de Elite – Por teoria das Elites ou elitista – de onde também o nome de elitismo – se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição à uma minoria que dele está privada (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

A maior parte dos jovens estudantes brasileiros não tinha acesso a essa Educação, por falta de recursos financeiros. Nesse período, inicia-se um processo de mudança com vistas à democratização do ensino, de acordo com a nova realidade social. O curso complementar foi instituído para orientar alunos às diferentes opções de carreira universitária em todo o território brasileiro por meio da Reforma Educacional Francisco Campos, pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispunha sobre a organização do Ensino Secundário e o Decreto nº 21.241, de 04 de abril de 1932, que continha as consolidações sobre a organização do Ensino Secundário. Os cursos complementares tinham a duração de dois anos, obrigatórios aos candidatos à matrícula em determinados cursos superiores que eram oferecidos, em três opções: aos candidatos aos Cursos de Direito, de Medicina, de Odontologia e de Farmácia; e uma última opção aos candidatos aos Cursos de Engenharia e Arquitetura.

Em 1942, com as reformas do Ministro Capanema, surgiram as Leis Orgânicas, entre as quais a Lei Orgânica do Ensino Secundário com três modalidades: Clássico, Científico e Normal. O Ensino Secundário, no Brasil, com a Reforma Capanema, foi reorganizado e passou a ter dois ciclos: o primeiro, chamado Ginásio, com quatro anos de duração; e o segundo, chamado Colégio, com três anos de duração. Este último oferecia aos estudantes duas opções: o Clássico, voltado mais para as Letras e Humanidades e o Científico, voltado mais para a Matemática e as Ciências. Estes cursos seriam ministrados em colégios e não mais em instituições de Ensino Superior, gerando uma desvinculação; e uma nova fase de reestruturação surgiu no sistema escolar como currículos, composição das classes e material didático.

Leonardo dos Santos Neves, em sua dissertação de Mestrado (2006) define Ensino Secundário:

A denominação “Ensino Secundário” surge na Europa em fins do século XVIII. No entanto, a organização dos estudos que posteriormente se configuraram como “estudos secundários” tem sua origem nos colégios como uma criação mais antiga e que com o tempo foi sendo modificado suas funções e seus objetivos. Os colégios, no século XIII, eram asilos para estudantes pobres, fundados por doadores. Nesse momento os colégios não

tinham como objetivo o ensino e eram inspirados nos estatutos monásticos (NEVES, 2006, p.1).

O Ensino Secundário foi criado, primeiramente, para jovens estudantes e tinha a intenção de transmitir conteúdos eclesiais, a fim de preparar o homem para a vida religiosa e abdicar dos objetivos comuns da vida. No mundo todo, naquela época, a sociedade adaptava-se a novas realidades educacionais e surgia a necessidade de “formar” homens aptos a trabalhar e a praticar a cidadania. Até meados do século XX, no Brasil, somente a elite econômica tinha acesso à Escola Secundária, que era bastante onerosa. Nesse contexto, muitos educadores e políticos entraram para a História do Brasil, questionando uma escola pública para que todos os jovens, pobres ou ricos, tivessem o mesmo direito de estudar gratuitamente.

Vale ressaltar que Gustavo Capanema foi um político que esteve à frente do Ministério da Educação durante o Governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945. Durante o ano de 1943, a Educação no Brasil estava sob efeito da Reforma Capanema. Foram sancionadas as Leis Orgânicas do Ensino, que promoveram a estruturação do Ensino Industrial, a reforma do Ensino Comercial e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. Além disso, a Reforma Capanema estabeleceu mudanças no Ensino Secundário. Foi promulgado, também, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovava a Consolidação da Leis do Trabalho - CLT. Essa legislação regula as relações individuais e coletivas de trabalho, como o salário de valor igual para todos sem distinção de gênero e a Carteira Profissional para maiores de dezoito anos em todo o território nacional.

Nesse mesmo ano de 1943, entrou para a História da Educação brasileira o cidadão Felipe Tiago Gomes. Esse estudante, que não pertencia à elite econômica do País, não se conformava com a ideia de que somente jovens com poder aquisitivo alto ingressassem na Escola Secundária e, posteriormente, na Educação Superior. Gomes fundou a Campanha Nacional das Escolas da Comunidade, em 1943. Tal instituição tinha por objetivo oferecer ensino gratuito a jovens estudantes sem condições financeiras suficientes para tanto e, posteriormente, poder cobrar uma taxa de mensalidade mais acessível a todos que desejassem cursar o Ensino Secundário no Brasil. Em Uberaba (MG), em 1953, o Ginásio Dr. José Ferreira é instalado a fim de proporcionar um ensino secundário gratuito à jovens, que inicialmente eram desprovidos de bens financeiros.

O Colégio Cenecista Dr. José Ferreira é uma das escolas que pertencem ao grupo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC –, no Brasil. O colégio situa-se na Rua Felipe dos Santos, nº 286, Bairro Abadia, na cidade de Uberaba– MG. É uma escola de

categoria privada filantrópica vinculada à Mantenedora da CNEC. Atende a alunos desde o berçário, na Educação Infantil até o Ensino Médio.

A CNEC iniciou suas atividades na cidade de Uberaba (MG), em 1953, sem sede própria, porém, alojada no Grupo Escolar Brasil. O Colégio Cenecista Dr. José Ferreira constitui uma referência na área da Educação na cidade de Uberaba, principalmente no Ensino Médio. Para ratificar essa menção, ressalta-se que a instituição em tela, nos anos de 2015 e de 2016, foi classificada em primeiro lugar entre as escolas privadas de Uberaba, no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM –, criado em 1998, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e tem como objetivo testar o nível de aprendizado dos alunos que concluíram o Ensino Médio no Brasil.

Em novembro de 2016, a Portaria do MEC, nº 1281, de 19 de novembro de 2016 credenciou o funcionamento da Faculdade CNEC de Uberaba (FACEUB) e em 8 de dezembro de 2016, a Portaria nº 785 do MEC autorizou os cursos de licenciatura de Pedagogia e de Matemática, bem como o Curso Superior de Tecnologia em Produção Multimídia. Daí o valor da investigação aumenta, pois somam-se a afetividade da pesquisadora com a responsabilidade da instituição que cumpre sua função social com rigor e competência.

A construção do referencial teórico que serviu de base para a elaboração da pesquisa se deu a partir do contexto histórico sobre o Ensino Secundário entre 1930 e 1971, período em que o Brasil passa por mudanças políticas como o Estado Novo - regime autoritário - e uma evolução industrial na década de 1940, fazendo com que houvesse um maior número de mão de obra e conseqüentemente homens trabalhadores que não tinham acesso fácil ao ensino secundário. Romanelli (1983) nos traz sobre as Leis Orgânicas de Ensino durante o regime totalitário ressaltando o populismo e o nacionalismo. Nunes (2000) nos traz informações relevantes sobre a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Zotti (2004) resgatou sobre o caráter elitista do Ensino Secundário. Vieira (2008) nos traz contribuições da Lei 5692/71, que põe fim aos exames de admissão e Anísio Teixeira (1954) sobre a mudança da Escola Secundária tradicional para um ensino mais democrático.

A abordagem do ensino secundário foi fundamental para compreender como os ginásios da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) surgiram e se desenvolveram durante a década de 1940 no Brasil assim como o Ginásio Dr. José Ferreira em Uberaba (1953). Os autores Ferreira Neto e Garcia (1987) nos traz sobre as características de uma escola comunitária. Os autores Gomes (1989), fundador da CNEC, Holanda (1981) e Vermelho; Pontes (1984) resgatam de uma forma geral, o contexto histórico da CNEC no

Brasil. Fontes históricas e documentais do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira possibilitaram também a análise e a compreensão do estudo dessa dissertação.

Sobre a metodologia de pesquisa, Lakatos e Marconi (1996, p. 15) definem: “Pesquisar não é apenas procurar a verdade; é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos”.

Por essa ótica, é possível notar que a pesquisa é algo mais amplo do que se imagina em um primeiro momento. Segundo Santos e Candeloro (2006), existem duas naturezas diferentes para uma pesquisa metodológica: qualitativa e quantitativa. Em Educação, a pesquisa qualitativa é de suma importância, uma vez que,

[...] permite que o acadêmico levante dados subjetivos, bem como outros níveis de consciência da população estudada, a partir de depoimentos dos entrevistados, ou seja, informações pertinentes ao universo a ser investigado, que leve em conta a ideia de processo, de visão sistêmica, de significações e de contexto cultural. [...] A pesquisa qualitativa é a que tem o objetivo de mensurar algumas variáveis, transformando os dados alcançados em ilustrações como tabelas, quadros, gráficos ou figuras. [...] Em geral, o instrumento de levantamento de dados mais adequado a esse tipo de pesquisa é o questionário, em que questões fechadas correspondem a respostas codificadas. (SANTOS; CANDELORO, 2006, p. 71-72).

A natureza deste trabalho é qualitativa, buscando assim, levantar todos os dados teóricos a fim de se chegar à conclusão, utilizando-se de abordagem exploratória. Por meio de pesquisa do tipo bibliográfica para colher e avaliar os dados. Foi utilizada também a pesquisa tipo documental já que o Colégio Cenecista Dr. José Ferreira forneceu dados contidos em seu arquivo particular, como livros de assinaturas, atas de reunião, fotografias e folhas mimeografadas.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, fazemos uma abordagem sobre o Ensino Secundário desde a década de 1930, quando o Ministro da Educação Francisco Campos¹ sancionou o Decreto nº 19.851, em 11 de abril de 1931, orientando novos rumos para a Educação Secundária durante a Segunda República. Assim, apresentamos os decretos-leis durante o período de 1930 a 1971, ano em que o Ensino Secundário se tornou obrigatório. Para melhor entender o que constitui uma escola da comunidade, o capítulo segundo nos mostra a base do desenvolvimento comunitário e o contexto histórico da CNEG, hoje Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que

¹ Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá (MG), em 1891. Advogado e jurista, formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em 1914. Em 1919, iniciou sua carreira política elegendo-se deputado estadual em Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco_campos. Acesso em 15 jun 2016.

defendia a democratização da Educação no País, em especial, aos jovens menos favorecidos. A CNEG atuou não somente em grandes centros, mas também em municípios mais distantes das capitais, permitindo o acesso a todos que almejassem a entrada em um Ginásio gratuito. Nesse mesmo capítulo, apresentamos também a luta constante de seu fundador, Felipe Tiago Gomes, para a criação dos Ginásios gratuitos em vários estados brasileiros, enfatizando o de Minas Gerais. No terceiro capítulo, apresentamos a História da instituição do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, que iniciou suas atividades no Ginásio noturno sediado no Grupo Escolar Brasil, em 1953, ainda tendo os exames de Admissão como pré-requisito obrigatório para o ingresso na escola. Em 1963, o então Ginásio Dr. Ferreira, primeira denominação da instituição, foi transferido para o atual prédio próprio, localizado na Rua Felipe dos Santos, nº 286 - Bairro Abadia, na cidade de Uberaba-MG. A História e memória do “Ginásio Dr. José Ferreira” foi reconquistada e permitiu ser inserida no contexto histórico da Educação do Brasil, desde sua implantação na cidade de Uberaba, passando por seus criadores e incentivadores como mostrando também documentos que mostram registros da realização de suas atividades docentes e administrativas.

O período recorte pesquisado foi entre 1953 – ano em que o Colégio Dr. José Ferreira foi criado, na cidade de Uberaba-MG – e 1971, ano em que a Lei nº 5.692, de 11 de agosto, foi promulgada e teve como obrigatoriedade o Ensino Secundário em todo o território nacional. Soma-se a isso outro dado importante: como ocorreu a transição do colégio em relação à finalização dos exames de Admissão para o Ensino Secundário, com a nova Lei instituída.

DOS EXAMES DE ADMISSÃO

Art. 34. Os Exames de Admissão poderão ser realizados em duas épocas, uma em dezembro e outra em fevereiro.

§ 1º O candidato a Exames de Admissão deverá fazer, na inscrição, prova das condições estabelecidas pelo art. 31, e pelas duas primeiras alíneas do art. 32, desta lei.

§ 2º Poderão inscrever-se aos Exames de Admissão de segunda época os candidatos que, em primeira época, os não tiverem prestado ou neles não tenham sido aprovados.

§ 3º O candidato não aprovado em Exames de Admissão em um estabelecimento de Ensino Secundário não poderá repeti-lo em outro, na mesma época. (http://www.planalto.gov.br/civil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm)

Para a admissão no Curso Secundário, o aluno devia prestar um exame de Admissão que poderia ser realizado em duas épocas, uma em dezembro e outra em fevereiro. Os candidatos que não houvessem prestado o exame na primeira época ou neles não tivessem sido aprovados, poderiam prestar os exames na segunda época. O Curso Secundário era

composto de um primeiro ciclo com quatro séries chamado Ginásial, e de um segundo, composto de três séries, chamado curso Clássico ou Científico.

CAPÍTULO 1

A TRANSIÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO DO PRIVILÉGIO DA ELITE ECONÔMICA PARA O DIREITO, INCLUSIVE, DA CLASSE POPULAR NO BRASIL

Neste capítulo, apresenta-se a história da transição ocorrida na Escola Secundária, de transição de um ensino dedicado às elites para uma popularização, para atingir as classes populares. Divide-se o presente em três subcapítulos. No primeiro, apresenta-se o histórico da formação do Ensino Secundário, entre 1930 e 1971. O segundo discorre sobre a reforma Capanema e a Educação na Segunda República; e o terceiro analisa o Ensino Secundário desde o Estado Novo (1940- 1946) até a promulgação da Lei nº 5692 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 11 de agosto de 1971.

1.1 A formação do Ensino Secundário entre 1930-1971: considerações gerais

A História do Ensino Secundário no Brasil é permeada por tentativas persistentes de inserir modelos europeus de instituições educacionais, a fim de se atender, inicialmente, à elite brasileira, porque existia a ideia de que somente assim haveria possibilidade de alçar o País à condição de igualdade em civilidade e avanço em relação aos países europeus. O Ensino Secundário iniciou-se, no Brasil, com a finalidade de oferecer formação educacional aos filhos de famílias pertencentes à sua elite econômica e cultural.

Palma Filho (2005) explica:

Uma das consequências mais importantes da quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida no ano de 1929, foi a impossibilidade do Governo brasileiro de continuar sustentando a política econômica, adotada a partir de 1910, em relação ao café. Esse fato, somado a uma série de outros descontentamentos, de que fora palco a nação brasileira durante o período de 1920 a 1930, culminou na chamada Revolução de 1930, tendo à frente o político gaúcho Getúlio Vargas (PALMA FILHO, 2005, p.1).

O Brasil, economicamente enfraquecido com a queda da Bolsa de Nova Iorque relacionada à crise do café, submete-se a um golpe de Estado que leva o gaúcho Getúlio Vargas ao poder em 3 de novembro de 1930, data que põe fim à chamada República Velha no Brasil. Esse período foi dividido em duas etapas. A primeira delas, conhecida como Segunda República, entre 1930 e 1937, e a segunda, conhecida como Terceira República, entre 1937 e 1945.

Durante o Governo Provisório de Vargas (1930-1934), mudanças ocorreram em todos os setores, inclusive na área da Educação. Em 14 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e da Saúde Pública foi criado e o jurista Francisco Campos nomeado titular. Palma Filho (205, p. 2) nos relata: “Ao baixar o Decreto 19.851 em 11 de abril de 1931, o Ministro da Educação Francisco Campos traçou novos rumos para o Ensino Secundário e para o Ensino Superior”.

De acordo com esse Decreto, que é dividido em duas partes, o Ensino Secundário organizava-se da seguinte forma; a primeira tinha duração de cinco anos, o Ensino Ginásial. A segunda era o Curso Complementar com a duração de dois anos, com caráter de especialização, subdividido em três segmentos: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico. Nesse contexto,

[...] a finalidade do Ensino Secundário é, de fato, mais ampla do que a que se costuma atribuir-lhe. Via de regra, o Ensino Secundário tem sido considerado entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao Ensino Superior, desprezando-se, assim, a sua função eminentemente educativa que consiste, precisamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo, de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as suas soluções adequadas (CAMPOS, 1931, p. 3, 5).

Vale lembrar que Francisco Campos, quando nomeado para Ministro da Educação, teve forte apoio da Igreja Católica Apostólica Romana, valorizando o ensino religioso. Assim, o conteúdo curricular era também voltado para a elite e parecia que nada fora feito para a aprendizagem da classe popular. O Ensino Secundário era fortemente voltado para o ingresso no Ensino Superior. Lima e Gatti Júnior (2011) ressaltam:

Entre as diversas reformas educacionais estaduais ocorridas no Brasil no decorrer da década de 1920, teve destaque no cenário educacional do Estado de Minas Gerais a de Francisco Campos (1927/1928). A década de 1920 possui peculiaridades que a tornam um momento de emergência de variados movimentos sociais e de uma efervescência intelectual considerável. (LIMA; GATTI JÚNIOR, 2011, p.772-773).

Os autores trazem-nos informações sobre as reformas educacionais em Minas Gerais na década de 1920, estado no qual está localizada a cidade de Uberaba que possui uma das maiores escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade no Brasil. Esse é o Colégio Cenecista Dr. José Ferreira (1953), objeto de estudo desta dissertação, e que será abordado no Capítulo 3. A Campanha foi criada para atender jovens que não eram

privilegiados financeiramente, mas possuíam desejo de concluir um Ensino Secundário, que os tornasse aptos a realizarem um Curso Superior.

Em Minas Gerais, durante o Governo do então Presidente Antônio Carlos (1926 a 1930)², período no qual Francisco Campos era Secretário do Interior, houve a implementação da Universidade de Minas Gerais, a Reforma dos Ensinos Primário e Normal e a implantação do voto secreto. Minas Gerais passara por transformações urbano-industriais e, conseqüentemente, havia a necessidade de se repensar sua Educação escolar. Abreu (2010) assevera:

A força disciplinadora da Reforma Francisco Campos se evidencia, por exemplo, pelas exigências relativas às instalações dos estabelecimentos de Ensino Secundário para fins do “reconhecimento oficial”. “O Ensino Secundário, oficialmente reconhecido, será ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob o regime de inspeção oficial. (cf. art. 1º do Decreto n. 21.241, de 14/4/1932).(ABREU, 2010, p. 294)

Esse Decreto não permitia que outros estabelecimentos de Ensino Secundário fossem reconhecidos, mas somente o Colégio Pedro II, fundado em 1937, demonstrando uma burocratização e centralização não compatíveis com as ideias de liberdade e de democracia que a proposta sugeria.

Pessanha e Silva (2014) seguem a linha histórica e apontam que o início do Ensino Secundário, no Brasil, pode ser considerado, ao menos de maneira sistemática, a partir de 1937, com a criação do imperial Colégio Pedro II. Esse Colégio foi fundado, a fim de educar a elite intelectual, econômica e religiosa do País, além de ter sido concebido como um centro de difusão das ideias educacionais relacionadas ao Ensino Secundário. Vale lembrar a intenção de Vargas de centralizar a disciplina de História no Ensino Secundário, em âmbito nacional, visando ao fortalecimento da União, abrangendo com relevância o conhecimento de mártires republicanos do Brasil. Tal proposta faz-nos lembrar de nossa vida escolar, durante o Ensino Fundamental, quando estudávamos na disciplina Moral e Cívica a importância que esses mártires representaram para o Brasil.

Um dos grandes movimentos socioeducacionais da época foi a criação da Escola Nova³, em 1932, que defendia que todas as pessoas deveriam ter o mesmo tipo de Educação.

² À época, os estados possuíam Presidentes e não governadores.

³ O movimento educacional denominado Escola Nova surgiu no início do século, em consequência da democratização e universalização do ensino, assim como do desenvolvimento das ciências auxiliares. Em sua fundamentação, dois pontos se fazem ressaltar: a preparação do homem para a indagação e resolução de seus problemas e uma nova visão de como a criança aprende-agindo, experimentando e vivenciando. Um dos princípios fundamentais é a visão da criança como ser diferente do adulto, surgindo daí a compreensão das possibilidades e interesses diferentes de cada faixa etária, assim como da importância da atividade da criança,

Essa Escola defendia, ainda, que o ensino deveria ser laico sem a obrigatoriedade do ensino de uma religião, tendo o objetivo de assegurar que o jovem se tornasse um indivíduo capaz de exercer sua cidadania.

Para Romanelli (1983), a Reforma do Ensino Secundário, de Francisco Campos, em 1931, foi decisiva para a organização desse nível de escolaridade, uma vez que até o final da década de 1920, exigia-se o curso preparatório para ingresso no Curso Superior. Com a Reforma, o art. 80 do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, estabeleceu que o ensino fosse dividido em dois ciclos: o fundamental, com duração de cinco anos; e o complementar, com dois anos de duração, exigência essencial para o ingresso ao Curso Superior.

A autora ainda aponta que a sociedade, no Brasil, passara por mudanças, ou seja, avançara para uma natureza urbano-industrial. Tal avanço demandava uma mão de obra no campo da industrialização e, conseqüentemente, repercutiria em mudanças no campo da Educação. Sob o cenário da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passava por dificuldades como a importação de produtos industrializados e, conseqüentemente, necessitava de maior mão de obra para a fabricação de produtos nacionais. Assim, surgiram os ensinos técnico, agrícola e comercial, formando aprendizes profissionais para o trabalho nas indústrias.

Todavia, se, por um lado, as Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial (1942), Comercial (1943) e Agrícola (1946) trouxeram benefícios e oportunidades de aprendizagem técnico-profissional, por outro lado, o ingresso no Curso Superior tornou-se cada vez mais distante para muitos, pois só era permitido o acesso aos cursos superiores àqueles que estivessem no ramo profissional correspondente. Percebe-se, claramente, o espírito contraditório que ocorria na Educação, pois os conteúdos curriculares do Ensino Secundário eram de enciclopédia, pouco diversificados e não preparavam para o ingresso no Curso Superior.

Analisando a expansão da Escola Secundária, podemos identificar os fatos que aconteceram antes e depois do Estado Novo, para análise da evolução desse movimento de ampliação da referida escola. Em 1930, criou-se o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Somente em 1953, surgiu a sigla MEC (Ministério da Educação e Cultura). Em 1932, houve a publicação do Manifesto dos Pioneiros⁴ da Educação Nova, liderado por

como meio básico da aprendizagem. A Escola Nova busca atingir seus objetivos educacionais utilizando recursos que refletem o momento pedagógico atual, mas incorporar a eles as contribuições que se mostravam válidas no tempo. Disponível em: <http://www.escolanova.com.br/ed_inf/metodologia.asp>; Acesso 15 jun. 2016.

4 Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação (MENEZES, Ebenezer Takuno; SANTOS, Thaís Helena. Verbete Reforma Capanema. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-capanema/>>. Acesso em: jun. 2016)

Fernando Azevedo (1894-1974) e assinado por 26 educadores, entre eles, Anísio Teixeira⁵ (1900-1971). O documento defendia o ensino integral, público, laico e obrigatório. Em 1934, a nova Constituição Federal instituiu, pela primeira vez, a Educação como um direito de todos. Em 1937, houve a reorganização de algumas escolas secundárias. Em 1938, foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Instituto Nacional de Estudos de Pedagógicos (INEP). De 1942 a 1946, o Curso Secundário passou a ser constituído do Ginásio, de quatro anos; e do Colegial, de três, como já citado, dividido em cursos clássico e científico. O Ensino Profissionalizante foi estabelecido e mantido pelo Estado e pelas indústrias. Em 1959, ocorreu o Manifesto dos Educadores, que criticava o discurso conservador da Igreja Católica sobre o ensino e a lei que defendia o apoio à escola privada. Em 1961, criou-se a Lei nº 4024 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1967, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que estabelecia a alfabetização de adolescentes e de adultos; Em 1968, a ditadura militar estava no auge. Em 1971, determinou-se o fim dos exames de Admissão para o Colegial com a promulgação da Lei nº 5692 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Muitas transformações ocorreram no Ensino Secundário entre 1930 e 1970, diante do contexto político, econômico e social pelo qual o Brasil passava. Vale enfatizar que Anísio Teixeira foi, indiscutivelmente, um dos idealizadores das grandes mudanças que marcaram a Educação brasileira no século XX, e cujas ideias foram inspiradas na filosofia de John Dewey (1852-1952), de quem foi aluno quando estudava nos Estados Unidos.

E em uma palestra para inspetores de Ensino Secundário, proferida em 1954, quando atuava à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Anísio Teixeira discorreu sobre o Ensino Secundário:

A Escola Secundária brasileira sempre foi, no passado, uma escola preparatória. Preparava os candidatos ao Ensino Superior; como escola de “preparatórios”, tinha objetivos determinados e uma clientela determinada. A clientela era a que se destinava ao Ensino Superior; e os objetivos, os de fornecer o que, na época, se chamada de cultura geral. Tal Escola Secundária, como aliás a Escola Secundária de todo o mundo, sendo preparatória para o Ensino Superior, não visava a dar nenhuma Educação específica para ensinar a viver, ou a trabalhar, ou a produzir, mas,

5 Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetitê na Bahia em 12 de julho de 1900. Estudou no Instituto São Luís na cidade em que nasceu e no Colégio Antônio Vieira em Salvador, ambas jesuíticas. Anísio desejou entrar para a Companhia de Jesus, porém, seu Pai, Deucleciano Pires Teixeira, almejava para o filho uma vida política e o manda estudar no Rio de Janeiro. Ingressou, portanto, no curso de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. Bacharel em Direito, Anísio recebe o convite do Governador Góes Calmo para assumir em 1924 a Direção da Instrução Pública. Iniciava, assim, um caminho rumo a paixão que seguiu até sua morte, a educação. Morreu em 1971. Disponível em <[www. www.infoescola.com/biografias/anisio-teixeira.](http://www.infoescola.com/biografias/anisio-teixeira)> Acesso em 23 jun 2016.

simplesmente, a ministrar uma Educação literária, que era toda a Educação que a esse tempo se conhecia. (TEIXEIRA, 1954, p. 3).

Anísio Teixeira estava entre os pensadores brasileiros de maior destaque em relação à propagação do pensamento educacional de Dewey em nosso País. Ao cursar Ciências da Educação na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, entrou em contato com as ideias de Dewey pela primeira vez e ficou entusiasmado com a filosofia Deweyana, que defendia a importância de proporcionar a igualdade de oportunidades a todos os indivíduos da sociedade, independente de classes sociais e econômicas. A Educação deveria ser pensada à luz dos conceitos de democracia e experiência. Junto a outros pensadores como Fernando Azevedo e Lourenço Filho (1897 – 1970), participou da História do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, ao qual já nos referimos, que tinha como princípios uma mudança na Educação da chamada escola tradicional e clássica para uma escola democrática para todos.

Para Anísio Teixeira, a Escola Secundária deveria modificar-se, não tendo apenas o caráter enciclopédico que visava ao ingresso ao Ensino Superior acadêmico, mas, sim, deveria ter como objetivo a cultura geral, baseada na prática aplicada, nas experiências em comum. Assim, respeitando as diferenças individuais, ou seja, o que cada jovem desejasse para si em relação à sua profissão, tendo liberdade de escolha. Mas a realidade na época era seguir uma vida acadêmica, para uma minoria; ou concluir um ensino técnico e profissionalizante, para a maioria cuja intenção era qualificar para o trabalho na indústria. O Ensino Secundário começou a tomar outra direção. Veiga explica:

Entre 1942 e a LDB de 1961, que novamente reorganizou o Ensino Secundário, aconteceu um período fértil de novas iniciativas para o desenvolvimento dessa área. No aspecto administrativo, em 1946 foi criada a Diretoria de Ensino secundário (e diretorias dos outros níveis e modalidades de ensino) subordinada ao Ministério de Educação e Saúde. Houve ainda realizações quanto ao provimento de recursos financeiros, como foi o caso da instituição, em 1953, da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Médio (CADES), com fundo financeiro especial. A CADES tinha como objetivo uma série de metas para o melhoramento do Ensino Secundário, entre as quais destacam-se: promover cursos de capacitação para professores, técnicos e administradores; financiar bolsas de estudos para professores se aperfeiçoarem no País ou no estrangeiro; dar assistência e assessoria técnica a instituições; promover estudos de programa, material e livros didáticos para ajustar o ensino ao interesse dos jovens; divulgar serviços de orientação educacional; contribuir para a instalação de prédios, oficinas, laboratórios, equipamentos e mobiliário; promover intercâmbio entre escolas e educadores nacionais e estrangeiros. O órgão publicava ainda a revista Ensino Secundário, da qual Luiz Alves de Mattos foi editor no período de 1957-1963. Uma lei de 1954 regulamentou o Fundo Nacional do Ensino Médio (VEIGA, 2007, p. 293 *apud* NAVES, 2011 p. 47.).

A melhoria do Ensino Secundário proporcionou grande entusiasmo tanto aos jovens brasileiros quanto a suas famílias. A importância que o Governo dava ao ensino já mostrava alguns sinais de aperfeiçoamento na área da Educação.

Pessanha e Silva (2014) dizem-nos que a Lei das Diretrizes e Bases (LDB) 4024 de 20 de dezembro de 1961 apresentava o novo Ensino Secundário, denominado Ensino Médio, que se dividia-se em dois ciclos: o Ginásial e o Colegial, e também os cursos que não eram regulamentados como os de formação de professores e os técnicos. Durante a década de 1960, a Educação passou a ser um fator importante para que houvesse modernização e crescimento de renda no Brasil.

Nesse exercício, o currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo seria comum a todos os cursos de Ensino Médio no que se referia às matérias obrigatórias. Contudo, o ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de Ensino Médio dependia de aprovação em exame de admissão e, para tanto, era preciso que ficasse demonstrada satisfatória Educação primária, devendo o educando ter onze anos completos. O exame de admissão deveria ser realizado na segunda quinzena de fevereiro, composto de provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais, e se constituía em uma barreira para os egressos do curso primário que pretendiam continuar seus estudos (PESSANHA; SILVA, 2014, p. 74).

Os autores Pessanha e Silva (2014) informam que houve, então, uma padronização dos calendários escolares, o que indica uma organização na distribuição das disciplinas e uma abordagem especial em torno do civismo na formação do educando cidadão.

Após uma década, foi promulgada assim a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, cujo artigo 1º indicava a divisão entre o primeiro o segundo graus; o Primeiro Grau subdividido em oito anos escolares e o Segundo, entre três ou quatro anos escolares. Para cursar o Segundo Grau não havia mais a obrigatoriedade do exame de Admissão, somente era requisitada a conclusão do Primeiro Grau.

Lima e Gatti Junior (2011) explicam que a Lei nº 5.692/71 nos trouxe muitas conquistas, como a eliminação da separação entre o Ensino Secundário e o técnico, mas existiam algumas falhas, como falta de professores capacitados e deficiências de infraestrutura das escolas técnicas para a qualificação de mão de obra.

Entende-se, então, que a profissionalização obrigatória tinha dois objetivos fundamentais: tornar a qualificação para o trabalho a meta central não apenas para um ramo de ensino, mas todo um nível – nesse caso, o Segundo Grau; e garantir também condições para que a economia brasileira continuasse seu crescimento, por meio de um fluxo contínuo de profissionais, qualificados para as funções no mercado de trabalho, assim como em quantidade suficiente para suprir as necessidades econômicas. (LIMA; GATTI JUNIOR, 2011, p. 785).

Os autores ainda afirmam que, nessa Lei, o Segundo Grau continuava vinculado à profissionalização, de modo que esse nível de formação era dedicado à qualificação de mão de obra para a indústria e para o comércio. Além disso, Lima e Gatti Júnior denunciam que essa Lei servia aos interesses dos grupos componentes da base política e econômica formada pela classe hegemônica e deixava claro qual era o princípio educacional doutrinador da política econômica, sem demonstrar preocupação em esconder essa finalidade.

1.2 A Reforma Capanema e a Educação na Segunda República

A Educação, na denominada Segunda República (1930-1937), teve grandes avanços. Recapitulando, foi criado, por exemplo, o Ministério da Educação e Saúde Pública; foi promovida a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931); foi lançado o Manifesto dos Pioneiros pela Escola Nova (1932) e promulgada a Constituição Federal de 1934.

A década de 1930 foi um marco importante da Modernidade para a História brasileira. Ao mesmo tempo em que os processos de industrialização e de urbanização se instalavam no País, ocorriam mudanças na época, tais como a Revolução de Outubro, de 1930; a Revolução Constitucionalista, de 1932; e a instituição do Estado Novo, que marcou o final da Segunda República, em 1937.

A Revolução de 1930 foi resultado da crise econômica no setor de agroexportação do café, em 1929, com eleições sucessivas entre os setores agrários. Para acabar com o regionalismo e com divergências de grupos dominantes entre industriais e setores agrários, instalou-se o Estado Novo, em 1937, momento em que implantou uma ditadura com um regime autoritário e a permanência de Getúlio Vargas no poder.

Com relação à Educação no Brasil, faz-se a seguinte divisão dos períodos, a partir de 1930: Primeira Fase (1930-1937): Governo Provisório, com lutas ideológicas sobre o regime e setor econômico mobilizado para sair da catástrofe financeira. Na Educação, houve a Reforma Francisco Campos e o Manifesto dos Pioneiros. Segunda Fase: Estado Novo (1937-1946), sob o Regime Totalitário, com implantação da indústria pesada, o Estado assumiu a posição de empresário industrial. A Educação passou a ser vista como fator importante para o desenvolvimento (de forma inconsciente). Foram decretadas as Leis Orgânicas de Ensino e criados o SENAI-Serviço Nacional da Indústria e o SENAC-Serviço Nacional do Comércio. Terceira Fase (1946-1961): que compreende o estabelecimento do regime democrático, quando foi votada a Lei nº 4.024/61, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Houve,

então, a normalidade democrática, o nacionalismo, o populismo e o crescimento das indústrias. (ROMANELLI, 1983). Nesta seção, analisamos para a segunda e a terceira fases.

Vale ressaltar que, no Brasil, a partir do início da década de 1940, ocorreu uma evolução industrial efetiva, em que muitos imigrantes se instalaram no País a fim de oferecer mão de obra para o trabalho fabril. Assim, a diversidade cultural era tamanha, o que, por vezes, ocasionava conflitos tais que geraram um grande dilema sobre a formação de uma identidade nacional única, a fim de alcançar objetivos sociais, econômicos e políticos em comum.

Com o desenvolvimento industrial, a partir da década de 1940, surgiu o movimento operário, como reação às condições impostas pelos donos do capital (Capitalismo) aos trabalhadores que não possuíam direitos nem voz ativa. Muitos deles trabalhavam em ambientes insalubres, sem proteção ou segurança em condições de pobreza e de desigualdade.

Os operários de indústrias no Brasil sentiram necessidade de uma mudança para superarem desafios e alcançarem seus direitos. Em decorrência de toda a situação, surgiram vários protestos, greves, reivindicações e foram organizados sindicatos de trabalhadores. Muitas ideias também influenciaram os movimentos operários no Brasil. O anarquismo defendia que a sociedade não deveria ter nenhuma forma de autoridade e causou as greves operárias entre 1917 e 1919. O Comunismo e o Socialismo, doutrinas que preconizavam que todas as pessoas deveriam ter os mesmos direitos na sociedade, influenciaram as lutas entre as classes proletária e burguesa.

Atrelado aos fatores sociais, o sistema educacional passou por sua maior transformação quando foi instaurado o Manifesto dos Pioneiros, em 1932. Nesse momento, o Brasil estabeleceu um Governo Provisório, em meio a lutas ideológicas e com o objetivo de sanar conflitos sociais e econômicos.

Ao revisitar o Brasil no âmbito educacional, perante as dificuldades encontradas no sistema desse setor, fica claro que mudanças deveriam acontecer como propostas para novas ações. Institucionalizaram-se reformas e entre elas, uma empreendida pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema em 1942. A reforma Gustavo Capanema ocorreu no Governo de Getúlio Vargas, no chamado Estado Novo (1937-1945). Capanema acreditava que a essência da Educação se encontrava na criação de bases e na preocupação com as questões sociais.

Schwartzman (1985) debate que o exercício de Capanema foi essencial para a modernização do Ministério da Educação. Anteriormente, Capanema firmara um pacto com a Igreja pelo qual ela ofereceria ao Governo o apoio político e, em troca teria a aprovação de

“emendas religiosas” na Constituição de 1934. A principal emenda dizia respeito à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas e explicava o pacto firmado entre o Estado e a Igreja:

Em 1934, quando Capanema chega ao Ministério da Educação, firmou-se o pacto político entre Getúlio Vargas, de origem castilhistas e positivista, e a Igreja. Segundo esse acordo, a Igreja daria ao Governo apoio político e receberia em troca a aprovação das chamadas “emendas religiosas” na Constituinte de 1934, que incluía, entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Mais do que isto, o pacto levou a que o Ministério da Educação fosse entregue a pessoa de confiança da Igreja. (SCHWARTZMAN, 1985, p. 66.)

Nessa obra, o autor ainda enfatiza o ensino das humanidades na Escola Secundária, que se tornaria responsável pela formação das classes econômica e culturalmente elitizadas e que o Ensino Primário e as escolas profissionalizantes seriam voltados a atender às classes mais populares.

Capanema, então, iniciou suas ações educacionais a partir de 1942, já no fim do Estado Novo e sancionou os decretos-lei relacionados à Educação que foram intitulados “Leis Orgânicas do Ensino”.

Palma Filho (2005) nos traz sobre os decretos-lei de 1942:

A partir do ano de 1942, o Ministro da Educação Gustavo Capanema dá início à publicação de vários decretos-lei. Quatro decretos são editados durante o Estado Novo: a) Decreto-lei 4.073, em 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); b) Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), c) Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) e d) Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial) (PALMA FILHO, 2005, p.11).

O Brasil precisava de profissionais técnicos, devido à crescente industrialização, principalmente, siderúrgica, que levava à necessidade de aprendizagem por meio de instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Muitos empresários foram convocados e colaboraram com essas organizações de aprendizagem. A necessidade de reformas constantes no setor da Educação foram surgindo e Palma Filho aponta:

Após o golpe militar que derrubou Vargas (1945), durante o Governo Provisório presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), foram publicados mais quatro decretos-lei: a) Decreto-lei 8.529, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário); b) Decreto-lei 8.530, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal); c) Decreto-lei 8.621 e 8.622, em 10 de janeiro de 1946, criam o Serviço Nacional de

Aprendizagem Comercial (SENAC) e d) Decreto-lei 9.613, em 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola) (PALMA FILHO, 2005, p.11).

No capítulo I da Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada em 9 de abril de 1942, estabelecem-se as finalidades:

**CAPÍTULO I
DAS FINALIDADES DO ENSINO SECUNDÁRIO**

Art. 1º O Ensino Secundário tem as seguintes finalidades:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do Ensino Primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (BRASIL, 1942).

A Lei Orgânica do Ensino Secundário foi promulgada em 9 de abril de 1942. Tinha caráter intelectual e enciclopedista e uma finalidade de conscientizar o jovem, por meio de uma preparação intelectual, a desenvolver o patriotismo e a consciência humana. Essa mesma Lei, de acordo com o seu Decreto, estabelecia o Ensino Secundário dividido em um primeiro ciclo de quatro anos de duração, chamado Ginásio e um segundo ciclo de três anos, subdividido em Clássico e Científico. No Ginásio, eram estudadas as disciplinas de Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico. Nos cursos clássico e científico permaneciam as mesmas disciplinas mais Grego, Espanhol, Física, Química, Biologia e Filosofia. O Científico era voltado para as Ciências Naturais que direcionavam para os cursos de Medicina, de Farmácia, de Odontologia e de Engenharia. O Clássico era voltado para as humanidades e direcionava para a Filosofia, o Direito, as Ciências e Letras.

Gustavo Capanema (1900-1985) foi Ministro entre 1934 e 1945. Ao apresentar motivos para a promulgação da lei orgânica do Ensino Secundário, assim se pronunciou:

O que constitui o caráter específico do Ensino Secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. O Ensino Secundário deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais, da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino (CAPANEMA, 1942, p. 20-21).

Sobre o discurso de Capanema, ficava bem clara a intenção de levar a Educação aos jovens brasileiros, de forma que fossem neles incorporados o espírito de patriotismo, a missão de exercer a cidadania e conquistar os ideais da nação. Nunes (2000) nos traz sobre o então Decreto-Lei do Ensino Secundário:

A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, ao lado de outras leis orgânicas que regularam os ensinos industrial, comercial, agrícola e normal, reestruturou o Ensino Secundário em um primeiro ciclo, chamado de Ginásio (secundário, industrial, comercial e agrícola) e em um segundo ciclo subdividido em clássico e científico (NUNES, 2000, p.44).

Para a autora, nos anos 1930, a maioria dos jovens almejava o ingresso em um Curso Superior e, por consequência, demonstravam menos interesse no Ensino Profissional. Com o favorecimento da iniciativa privada, a autora mostra-nos que, a partir de 1942, poucos alunos conseguiam finalizar o Ensino Secundário, já que era um ensino voltado para a elite e não para as classes populares.

Entre 1934 a 1945, o Brasil sofria com problemas de ordem política, econômica e social. A população ganhava força e voz para expressão e foi instaurado um comportamento revolucionário do povo em relação à situação política dessa época. Assim, uma nova política deveria ser instaurada para modificações de melhoria quanto à Educação, à saúde e ao trabalho.

A Reforma Capanema foi implantada em um regime ditatorial e a Escola Secundária foi a mais impactada pela gestão de Capanema. Foram instauradas a Educação Superior, destinada à elite intelectual, e a Educação Secundária, destinada à elite econômica. O pensamento de Capanema em relação à Educação estava vinculado à filosofia e aos princípios da política do Estado Novo. Para o autor, havia uma preocupação explícita em formar o jovem dentro da esfera da Educação moral, patriótica e cívica, a fim de torná-lo cumpridor de seus deveres cidadãos e patrióticos em relação à nação brasileira (MENEZES; SANTOS, 2001).

Durante o Estado Novo (1937-1945), a industrialização chegava ao Brasil. Nesse cenário, havia uma forte tendência de se elaborar um plano educacional que formasse o homem apto a desenvolver suas habilidades dentro de uma sociedade industrial e com formação de mão de obra qualificada. Getúlio Vargas disse em um discurso que fez na Bahia, em 1933:

É obvio que, para instruir, é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo modelo rígido aplicável ao País inteiro. De acordo com as tendências de cada região e o regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convêm: nos centros urbanos,

populosos e industriais — o técnico profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior — rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos (VARGAS, 1933, p. 328).

Nota-se que o discurso de Vargas dava a entender que seu Governo tinha como prioridade o desenvolvimento da nação. Esse desenvolvimento deveria vir por meio de uma Educação para capacitar indivíduos em massa para o trabalho e formação de mão de obra para atuar nas indústrias em ascensão no País. Na gestão de Capanema, a mudança no âmbito da Educação brasileira ocorreu em decorrência do advento industrial no Brasil, que necessitava de mão de obra para operar máquinas nas indústrias.

Nesse sistema educacional, o Ensino Secundário passou a ganhar forças, impactando o cenário educacional com marcas profundas e duradouras. A Educação defendia sua serventia para o desenvolvimento de capacidades físicas e intelectuais da população, uma vez que, por causa da divisão socioeconômica da época, era necessário que os trabalhadores fossem capacitados, como uma forma de treinamento para qualificação da mão de obra.

Dessa forma, a escola tinha essa responsabilidade e desempenhava o papel de educar o indivíduo para a vida social. A Educação deveria estar, então, antes de tudo, a serviço da nação, cuja realidade moral, política e econômica precisava ser formada.

Capanema assim explicitava suas convicções:

É que o Ensino Secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. Ele deve ser por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar aos adolescentes a compreensão da continuidade histórica da pátria, a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem um ensino capaz, além disto, de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, o seu destino (BRASIL, 1942, p. 34).

Assim, os termos “trabalhador” e “nação” se complementam, de forma que o Ensino Secundário se torna o principal mediador para que o sujeito seja capaz de se estabelecer socialmente. Capanema acreditava que a formação de indivíduos deveria ser capaz de proporcionar uma humanização e poderia ser uma responsabilidade do Estado.

Por esse motivo, o projeto pedagógico do Ministério da Educação não só habilitava a pessoa profissionalmente para ser remunerada como tal, mas, sobretudo, ele deveria apresentar-se como cidadão. Ser cidadão era, então, o reflexo de se tornar um indivíduo capaz

de viver em harmonia com sua pátria, um sujeito que aceitasse sua condição social, sem se opor ao ideário político que vigorava no País.

À época, entendia-se que o homem tinha a responsabilidade de buscar alcançar suas metas e de lutar por seus objetivos e pelo próprio sustento. Esse deveria ser seu grande objetivo de vida e seu principal papel na sociedade. Acerca das transformações sociais, esse sujeito não tinha expressão, pois, como mencionado, sua função era o trabalho e não o pensar ou agir perante a realidade do Brasil.

Carvalho (2008) segue essa linha de abordagem e explica que “[...] a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação ou de um Estado” (CARVALHO, 2008, p. 12).

Concebia-se, dessa forma, que, para que um indivíduo pudesse ser considerado parte componente da nação, deveria seguir os princípios que eram impostos por parte do Poder Público. Logo, não importava se esses princípios vinham ou não ao encontro do que pensava o indivíduo, de seus próprios valores, uma vez que, sendo contrário a essa ordem, não seria considerado como uma parte da nação.

Nota-se que existia uma necessidade que o homem tinha de formar vínculos e bons relacionamentos com o próximo, com o Estado e com sua comunidade, e contribuir para o progresso da pátria. O Ensino Secundário então, precisava servir de promotor do aluno, gerando uma transformação interior, isto é, a formação da personalidade desse sujeito.

Schwartzman (1984) explica que a Educação deveria ser capaz de formar o indivíduo por meio da Educação Moral e Cívica, para que esse sujeito fosse capaz, a partir daí, desenvolver uma consciência patriótica e de defesa da nação.

A Educação moral e cívica era objeto de regulamentação minuciosa. Ela deveria ser ministrada obrigatoriamente em todos os ramos do ensino, sendo que no Curso Secundário seria uma atribuição do professor de História do Brasil. Ela deveria ter uma parte teórica, que trataria dos fins, da vontade, dos atos do homem, das leis naturais e civis, das regras supremas e próximas da moralidade, das paixões e das virtudes; e uma parte prática, que incluiria desde o estudo da vida de "grandes homens de virtudes heroicas" até o trabalho de assistência social, que ensinasse aos alunos "a prática efetiva do bem". (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000,p.)

A partir dessas concepções, vale ainda apontar que o objetivo educacional da época era resumido em

[...] preparar o homem para, através do uso responsável de sua liberdade, tornar-se agente eficaz da promoção de sua comunidade, mostrando que esse

objetivo geral envolve os aspectos particulares, e salientando que o dualismo, que dissocia a Educação, enquanto processo de ensino, enquanto processo de formação intelectual, enquanto processo de Educação moral, compromete a formação integral que deve dar responsabilidade moral para saber usar todo o equipamento adequado, dentro dos fins de uma Educação nacional (BRASIL, 1976, p. 331).

Assim, passava-se à valorização do cidadão brasileiro e à concepção de uma identidade que se encontraria sempre presente nos sujeitos. Presente desde o momento em que a preocupação com a moral e o civismo era instaurada no bojo da Educação, devido à concepção do que seria tornar-se um cidadão nessa época. Teve início uma mudança em meio a um debate sobre a Educação, cuja tentativa era de reformar o ensino brasileiro e, dessa forma, desenvolver um projeto de lei que direcionasse o processo educacional, o que ocorreria por meio da elaboração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Na década de 1940, mais da metade das empresas atuantes no País era de natureza privada e a função do Estado estava basicamente resumida ao estabelecimento de um ensino que assegurasse a qualidade e o desenvolvimento. O currículo elaborado tinha como prioridade a formação cultural dos sujeitos e a ascensão de elites, um cenário que concebia uma estrutura complexa de instituições de ensino, fossem públicas ou privadas.

Por meio da Reforma Capanema, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino público tornaram-se possíveis e foi concretizada, por meio da ideia de um ensino dualizado no nível médio, uma proposta de Francisco Campos, cujo fundamento se deu na Constituição de 1937. Assim, o sistema de ensino, nessa perspectiva, seria dividido entre as elites condutoras e as classes populares profissionalizantes (GHIRALDELLI JR., 2000).

A sociedade era dividida em classes e o ensino dividido transmitia a ideia de que o homem, por meio do aperfeiçoamento profissional, seria capaz de alcançar a ascensão social. Avaliando a Lei Orgânica do Ensino Secundário, é possível notar que seu objetivo central era formar elites econômicas. A finalidade de se formarem essas elites era para que elas pudessem dar continuidade ao sistema educacional e político em vigor, já que quem seria capaz de governar tais setores, seriam – e tão somente – os sujeitos mais favorecidos socioeconomicamente.

A divisão entre as classes sociais ricas e pobres era nítida, pois a Educação era direcionada à formação das classes superiores, a fim de exercer as profissões liberais e as políticas, enfatizando o ensino elitista (XAVIER, 1990).

As classes sociais eram muito bem definidas: a classe alta, composta por ricos e milionários que eram os maiores frequentadores das universidades; a classe média, composta

por aqueles que ganhavam salários satisfatórios; classe baixa, assim chamada, composta por trabalhadores operários e rurais.

Zotti (2004) aponta que o ponto central da Reforma Capanema, foi a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que veio consolidar mais ainda esse caráter elitista da Educação que já existira na Reforma de Campos.

O caráter elitista do Ensino Secundário de formação geral foi escancaradamente explicitado na lei. Haveria uma adolescência (diga-se da classe burguesa) predestinada à condução da sociedade e que teria acesso a um ensino específico, que não se limitasse ao simples desenvolvimento dos atributos naturais do ser humano, mas, que tivesse a força de ir além dos estudos de meras informações literária, científica ou filosófica, que fosse capaz de dar aos adolescentes uma concepção de homem e do ideal da vida humana, formando assim as individualidades dirigentes, esclarecidas de sua missão social e patriótica, sendo eles os responsáveis pela divulgação ideológica desses princípios ao povo (ZOTTI, 2004, p.108).

Nesse período, encontra-se uma nação direcionada ao desenvolvimento, o que se torna um cenário propício à elite. De tal forma, entende-se que a situação política em vigor, nesse momento, não passava de uma ideologia, o que significa que fazia com que os homens cressem que o desenvolvimento da nação era equânime e favoreceria a todos igualmente, mesmo que a realidade fosse oposta a esse pensamento.

Partindo de tais concepções, seria possível notar que o crescimento econômico, político, intelectual e moral não era igualitário. Isso quer dizer que o Estado ofertava uma noção superficial de desenvolvimento para a maior parte da população, já que, na realidade, seu maior interesse residia no suprimento de necessidades da elite. O Ensino Secundário deveria formar, nos jovens, uma cultura geral, com destaque para as transformações da humanidade.

A Reforma Capanema atingiu seu objetivo, conforme apontavam as exposições de motivos da mesma por meio do Decreto-Lei nº 4.244/42, que explicava que sua finalidade, essencialmente, era de formar o espírito científico, ou seja, a curiosidade e desejo da verdade no sujeito, o entendimento da utilidade de conhecimentos científicos e também a capacidade e aquisição de tais conhecimentos. Sendo assim, é possível compreender que o método de ensino utilizado era centrado no aluno, isto é, o professor serviria como mediador no processo de aprendizagem, partindo de uma orientação para levar a uma reconstrução de experiências e de conhecimento.

Zotti (2004) e Ghiraldelli Jr (2000) apontam a existência de um caráter elitista no Ensino Secundário, que pode ser claramente visto por meio da Educação Moral e Cívica, uma

vez que esse ensino objetivava a formação da consciência patriótica, tornando o sujeito cada vez mais individualista e responsável pela nação.

De acordo com Zotti (2004), o currículo do Ensino Secundário, nessa época, tinha como finalidade a apresentação de disciplinas que fossem capazes de favorecer a formação do cidadão. Tal proposta era formar um homem com identidade nacional, um patriota, capaz de votar e eleger os candidatos certos, isto é, a escolha tinha como princípio a instrução do sujeito para a vida, para vivenciar a realidade social.

A disciplina de Educação Moral e Cívica se voltava totalmente à formação de um homem submisso à nação e, logo, aos seus governantes. Isso porque seus conteúdos tinham o objetivo de enquadrar e padronizar os indivíduos e, por meio deles, a ideologia de nação perfeita passava a ser inserida no seio da sociedade.

Diante de tais concepções, é possível entender que o ensino seguiu o contexto político, econômico e social da época, a fim de se assegurarem os interesses dos que se encontravam no poder. Em vista disso, torna-se evidente que a Educação, nesse ponto era discriminatória, em relação às classes sociais

1.3 O Ensino Secundário desde o Estado Novo (1940- 1946) à promulgação da Lei nº 5692 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 11 de agosto de 1971

Na década de 1940, surgiu o regime de Estado Novo, que foi inspirado no fascismo europeu. Esse movimento foi antiliberal, anticomunista e com tendências autoritárias, fundado por Benito Mussolini, em 1922, na Itália.

O Estado Novo foi marcado justamente pela Reforma Capanema, anteriormente citada, implementando uma reforma por meio das Leis Orgânicas que foram responsáveis por estruturar o Ensino Industrial, reformar o Ensino Comercial e trazer mudanças para o Ensino Secundário. Nesse contexto do Estado Novo, a reforma em questão foi responsável por lançar diretrizes da Educação nacional que perduraram até a década de 1960, propondo uma formação escolar relacionada ao patriotismo.

Na década de 1940, o Ensino Primário e os cursos de formação de professores não constavam nas leis nacionais. No ano de 1946, quando o Estado Novo já se encontrava em processo de finalização, e durante o Governo Provisório, o Decreto-Lei nº 8.529, que ainda levava o nome de Lei Orgânica, organizou o Ensino Primário por meio de diretrizes gerais, mantendo-o sob responsabilidade dos estados.

Nesse mesmo Decreto-Lei, houve a fixação de diretrizes para o Ensino Normal, entretanto, manteve-se a responsabilidade dos estados em sua administração. Houve, ainda, a organização do Ensino Agrícola e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) com projetos de cursos técnicos profissionalizantes. A Lei nº 4.073/42, estipulou que o ensino prepararia, profissionalmente, cidadãos a fim de se tornarem trabalhadores qualificados.

O Ensino Secundário, pelo Decreto-Lei nº 4.244/42, resumidamente, estabelecia um sistema cuja Educação se encontrava a serviço da nação, fazendo com que o ensino valorizasse a cidadania. Ficava claramente exposto que o Ensino Secundário não tinha a finalidade de propiciar a matrícula nos cursos superiores, mas tornar o cidadão um ser melhor quanto aos seus hábitos e atitudes e adaptá-los a uma vida conveniente à sociedade.

Todo o conjunto de medidas e de reformas, desde 1931 até 1942, possibilitou ao Ensino Secundário tornar mais apta a Escola Moderna por meio de vários fatores, como a inspeção federal nos estabelecimentos públicos e privados, o seu acesso por meio do exame de Admissão, a frequência obrigatória e a permanência dos dois ciclos: fundamental e complementar em 1931; e o Ginásial (Ensino Fundamental) e o Colegial (Ensino Médio) dividido em Clássico e Científico em 1942.

Buscava-se, no período do Estado Novo, regime autoritário, uma sociedade perfeitamente formada por homens disciplinados e trabalhadores, cumpridores das leis da nação. Contudo, para que o homem atingisse essa perfeição, seria necessário, inicialmente, alcançar uma condição de civilização e entender o seu papel na sociedade. Assim, atribuía-se à Educação a responsabilidade de formar esse sujeito civilizado, bem como uma mão de obra qualificada capaz de sobreviver nos meios social, industrial e urbano.

Para que o cidadão se tornasse apto a cumprir seus deveres, precisava-se oficializar o Ensino Primário; o Decreto-Lei nº 8.529/46 passou a legitimá-lo como obrigatório. Por meio da Lei nº 8.530/46, fundamentou-se então o Ensino Normal, visando à formação de docentes para atuação em escolas primárias, com habilitação tanto para docência quanto para administração escolar.

Finalmente, o Decreto-Lei nº 9.613/46 doutrinava o Ensino Agrícola, assegurando um ensino preparatório para a vida no campo, o que significava uma formação que objetivava a contribuição com a realidade do trabalho agrícola como figura no art. 1º desse respectivo Decreto-Lei.

Existe uma diferença central no público-alvo do Ensino Profissionalizante, cujo momento histórico abarca, além do Ensino Agrícola, o Comercial, o Industrial e o Normal.

Eles seriam formados com a expectativa de que valorizassem as individualidades condutoras com a força de trabalho que era necessária ao desenvolvimento, especialmente industrial, e estabelecem uma meta considerada como cerne do avanço esperado para o País.

Assim, a luta por espaço que foi desenvolvida por Capanema no Estado Novo, deve ser compreendida no bojo de variações do pacto firmado entre Igreja e Estado, naquela época. Um dos articuladores mais ativos nesse pacto foi justamente Francisco Campos – autor da reforma central da Segunda República – que tinha ambições de transformar a Igreja em um instrumento importante de mobilização popular para servir como sustentáculo de um regime ditatorial.

Vieira (2008) esboça-nos um panorama sobre reformas e mudanças relativas à Educação no período de 1937, quando a Constituição do Estado Novo foi promulgada, até 1971, quando entrou em vigência a Lei nº 5.692/71 que nos trouxe algumas inovações em relação à Educação.

Entre 1931 e 1932, houve publicações de decretos como o que instituiu a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), a organização do Ensino Superior e a organização da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ). Também foram definidas as medidas relativas ao Ensino Comercial e Secundário. A autora nos faz entender que, em contradição à Constituição de 1934, foi promulgada a Constituição de 1937, inspirada no regime fascista, na qual estavam inseridas novas ideias liberais em relação ao ensino público. No Estado Novo, havia concepções mais severas dentro de um regime autoritário.

Nessa direção, em relação ao Ensino Secundário, eram pensadas finalidades centrais desse nível escolar, a saber: a formação direcionada ao bom desempenho dos deveres de cidadania; oferta do acesso à cultura como um todo; e a preparação para o Ensino Superior. Sobre essa questão, a Lei nº 4.244/42, art. 23 diz:

Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela Educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do Ensino Secundário formar as individualidades condutoras, pelo que é força [*sic*] desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão, e todos os atributos fortes da vontade (BRASIL, 1942).

O papel do Ensino Secundário era o de formador de condutores da nação, nas esferas mais distintas da vida social. Em decorrência disso, demandavam uma formação mais ampla, que figura, de maneira respectiva, tanto no primeiro quanto no segundo texto da lei. Conforme Vieira, expectativas acerca do Ensino Secundário figuraram ainda na legislação da

Segunda República, especialmente quando considerado o Decreto nº 19.890/31, que ficou reconhecido como parte das medidas da Reforma Francisco Campos; bem como a lei orgânica do Ensino Secundário, que foi parte da gestão de Capanema. A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 4.024/61) trouxe liberdades de ensino que foram eliminadas com a Constituição de 1937.

Após dez anos, quando a Lei nº 5.692/71 foi sancionada, reorganizou-se o ensino substituindo o Ensino Primário e Ginásial pelo Primeiro Grau, com oito anos de duração e o Segundo Grau, com três ou quatro anos. Foram períodos longos, para que houvesse uma melhoria significativa do Ensino Primário e Secundário (Vieira, 2008). Essa Lei de 1971 foi elaborada para reestruturar o Ensino Fundamental e Médio:

CAPÍTULO II

Do Ensino de Primeiro Grau

Art. 20. O ensino de Primeiro Grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.

CAPÍTULO III

Do Ensino de Segundo Grau

Art. 21. O ensino de Segundo Grau destina-se à formação integral do adolescente.

Parágrafo único. Para ingresso no ensino de Segundo Grau, exigir-se-á a conclusão do ensino de Primeiro Grau ou de estudos equivalentes.

Art. 22. O ensino de Segundo Grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo, respectivamente (BRASIL, 1971).

A Lei nº 5.692 de 1971 apresentou uma mudança significativa nos Ensinos Primário e Secundário, no País, pois estabelecia a obrigatoriedade dos oito anos de estudo para os alunos de sete a quatorze anos; aboliu os exames de Admissão; estabeleceu a transmissão de conhecimentos para uma Educação Básica e geral e preparo para o trabalho. O Ensino Secundário se incorporou à Educação primária, para não haver divisões e garantir a qualidade da Educação do Brasil. (Nunes, 2000).

O gráfico 1 apresenta a porcentagem de alunos inseridos no Ensino Secundário, no Brasil, entre as décadas de 1940 a de 1990.

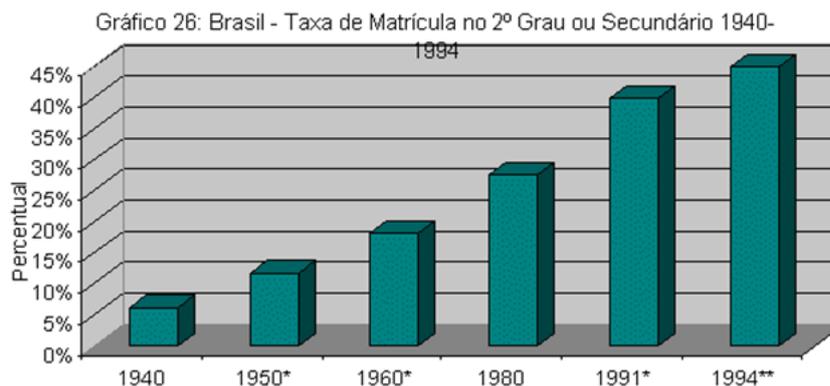


Figura 1 Gráfico 26: Brasil – Taxa de Matrícula no Segundo Grau ou Secundário 1940

*População de 15 a 17 anos estimada.

**População de 15 a 17 anos em 1995.

Fonte: O Brasil no final do século xx: um caso de sucesso.vol.41 n.4 Rio de Janeiro 1998. IBGE, **Anuário Estatístico do Brasil**. www.scielo.br. Acesso em 16 jun 2016.

A situação dos alunos matriculados no Ensino Secundário, nesse período, aumentou consideravelmente. A taxa de matrículas foi de 6,2% a 18,1% da população entre quinze e dezessete anos; no entanto, pela importância que a Educação exerce sobre o indivíduo, seria de grande relevância um aumento acima de 90%.

Se, desde o início da década de 1940 até o ano de 1994, houve um crescimento notável do número de matrículas no Ensino Secundário, no Brasil, muito se evoluiu desde os anos 1990, como por exemplo, as alterações na quantidade e na qualidade das escolas. O Brasil possui um bom número de escolas privadas com excelência no Ensino Secundário e pouco avanço nas escolas públicas.

No Estado de Minas Gerais, tomamos como referência de Ensino Secundário o Ginásio Mineiro, criado em 1890 em Ouro Preto e, posteriormente, transferido para a capital Belo Horizonte em 1899. Foi o primeiro a ser comparado ao antigo Colégio Imperial Pedro II pelo fato de o aluno, geralmente do gênero masculino, não ser obrigado a cumprir o curso seriado de sete anos.

Os alunos eram aqueles que se preparavam para os cursos superiores de Direito, de Medicina e de Engenharia. O Ginásio Mineiro não tinha caráter orgânico, mas, com as Reformas de 1931 e 1942, passou a incorporar maior organização e padronização curricular. A partir de 1940, houve um crescimento significativo da capital mineira com o êxodo rural e urbanização tornando maior a demanda do Ensino Secundário em Minas Gerais (LISBOA; GOUVÊA, 2016).

Foi feito um levantamento significativo dos grupos escolares nas regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, incluindo anos de municipalização, datas dos decretos e instalações dos grupos escolares dos municípios dessas regiões. Muitas instituições de ensino são consideradas centenárias. Com o passar das décadas, assistimos ao nascimento de muitas escolas privadas, que passaram a compor o processo de crescimento e de diversificação da escolarização, com predominância da existência de escolas cristãs e tradicionais destinadas à elite regional.

Como exemplo, podemos citar o Colégio Nossa Senhora das Dores (1885), das Irmãs Dominicanas, para Educação feminina e o Colégio Marista Diocesano (1903), dos Irmãos Marista, para Educação masculina, na cidade de Uberaba (MG) (GATTI JÚNIOR; INÁCIO FILHO, 2005). Aí também, se encontra o nosso objeto de estudo no Capítulo Terceiro desta dissertação, o Colégio Cenequista Dr. José Ferreira, fundado em 1953.

Quanto ao ano de 1971, abordamos as modificações na escola em estudo, já que esse foi um ano significativo no setor educacional, com a implementação da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que fixava as Diretrizes e Bases para o Ensino de Primeiro e Segundo Graus. Houve, assim, a fusão do Primário e do Ginásio, constituindo o Primeiro Grau, com a duração de oito anos e o Ensino Médio, equivalente ao Segundo Grau, com duração de três ou quatro anos.

Em síntese, neste capítulo, pode-se observar que o ensino secundário entre 1930 e 1971 não evoluiu tanto como desejado, pois iniciou-se direcionado à formação de jovens que pertenciam à elite econômica do país com a finalidade de formar cidadãos de consciência patriótica e humanística. A função do homem dentro deste contexto era a de somente trabalhar sem se expressar diante da realidade do Brasil. O acesso ao ensino secundário só era permitido através dos exames de admissão, porém nem todos conseguiam ser aprovados devido ao nível de dificuldade. Durante este período a democracia precisava e foi manifestada através de alguns pensadores da Escola Nova como Anísio Teixeira e Fernando Azevedo que almejavam uma mudança na escola tradicional para uma escola democrática para todos. Durante este período, em 1943, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) é criada por um jovem estudante chamado Felipe Tiago Gomes que tinha um objetivo de vida de proporcionar escolas secundárias aos jovens sem condições financeiras no Brasil. A CNEC baseou-se no desenvolvimento comunitário para ser expandida em muitos estados brasileiros.

No capítulo 2, apresentam-se a importância do desenvolvimento comunitário e informações históricas acerca da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) desde sua fundação em 1943 até 1971 no Brasil.

CAPÍTULO 2

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE (CNEC)

Este capítulo está subdividido em 3 subcapítulos. O primeiro delinea, inicialmente, o desenvolvimento comunitário; o segundo analisa o contexto histórico dessa campanha entre 1943 e 1971; o terceiro apresenta a evolução da CNEC na cidade de Uberaba (1953-1971).

2.1 Desenvolvimento Comunitário

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) insere-se no processo comunitário, porque há integração das pessoas, trabalhando para o mesmo propósito. Quanto mais forte e ativa for a participação coletiva, mais evidente torna-se o alcance de objetivos e maior desenvolvimento educativo em favor do exercício pleno da cidadania. Para melhor entendimento da instituição Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, abrimos aqui um espaço para abordar o que é o desenvolvimento comunitário.

O nosso objeto de estudo tem como base o desenvolvimento de uma comunidade escolar, que representa o corpo social de uma escola, composto por docentes, discentes, funcionários, profissionais educativos, diretores, coordenadores, pais ou responsáveis pelos alunos. São pessoas que estão envolvidas no mesmo processo educativo, ávidas pelo êxito escolar. Uma comunidade escolar nasce do idealismo de um homem ou mais, ou de lideranças institucionais aptas a mobilizar uma determinada sociedade ou população para o surgimento e a construção de uma instituição com o mesmo propósito educativo. Nessa corrida, não se consagra apenas um corredor, mas todos, com capacidades, virtudes e méritos que participam desse processo educativo.

As pessoas de uma comunidade compartilham os mesmos interesses de ter tudo em comum e de ser tudo de todos. Nesse processo educativo, as pessoas aprendem a melhor conviver e suportar sacrifícios, ensinando e aprendendo com os outros e assim partilham dificuldades para que todos possam viver em harmonia (FERREIRA NETO; GARCIA, 1987).

Os autores nos mostram claramente a democracia de uma escola com perfil comunitário em busca de uma Educação de qualidade:

A escola verdadeiramente comunitária, aberta ao questionamento de pais, professores, alunos e contribuintes em geral, possui a energia e as condições essenciais para captar os anseios e vocações da comunidade e aglutinar forças em favor do desenvolvimento comunitário (FERREIRA NETO; GARCIA, 1987, p.28).

O serviço comunitário, a ação de voluntariado, tudo contribui para que a população viva melhor; ainda, são transmitidas lições de valores sobre as responsabilidades dos cidadãos para a sociedade. Educadores da escola comunitária podem ajudar seus alunos a entender o significado de comunidade para que, junto aos pais, aos professores e aos contribuintes da comunidade de uma organização comunitária, possam encontrar respostas para seus questionamentos em relação à Educação. As organizações comunitárias demonstram interesse no voluntariado que é essencial para o desenvolvimento de uma nação.

A responsabilidade social e a prática da cidadania são partes cruciais da Educação, pois alunos, por meio de serviços, tornam-se melhores cidadãos. O aprendizado do serviço é diferente de um voluntariado regular, desde que o aluno tenha a oportunidade de refletir sobre suas próprias experiências e seja motivado a aprender. Isso o ajuda a preencher o espaço entre sala de aula e o mundo real e faz com que eles aprendam e apreciem a experiência de fazer parte de um sistema comunitário.

Para que haja interação ativa entre membros de uma comunidade educacional, faz-se necessária a autodeterminação, pela qual as pessoas são posicionadas para identificar as necessidades da comunidade; autoajuda, por meio da qual as pessoas são encorajadas a ajudar a elas mesmas; desenvolvimento de liderança, que faz com que os cidadãos locais desempenhem funções de liderança; programas que ofereçam serviços de inclusão; localização fácil para assegurar maior participação.

O serviço de uma comunidade como um componente do processo educacional é aquele que, encorajado pelo Estado e por líderes locais, ajuda os estudantes a desenvolverem, a aprenderem, a refletirem e a aplicarem habilidades acadêmicas. O aprendizado de um serviço possibilita aos estudantes a oportunidade de refletirem sobre a experiência. Assim, os aprendizes encontram motivação para aprenderem e preencherem o espaço vazio que une a sala de aula ao mundo real.

A comunidade que compartilha o processo educacional torna a Educação de uma localidade mais dinâmica e eficaz, corrigindo falhas e excessos. Se o Estado exerce um papel exclusivo na Educação, automaticamente, é desvinculada a participação da comunidade e dos pais. Assim a escola do Governo é aquela em que todos mandam, disputam um lugar pelo poder, tornam-se centro de lutas políticas. A escola da comunidade deve funcionar como um

espaço eficaz, colaborador, no qual os pais possam sentir-se parceiros, dando-lhes a oportunidade de intervir a favor de seu funcionamento, levantar e solucionar problemas reais e realizar uma avaliação sistemática de todas as ações que ocorrem dentro da escola.

Em contrapartida, pode ocorrer a possibilidade de que a escola do Governo seja de todos ou de ninguém – já que todos mandam – e ser o centro de disputas políticas de pessoas ocupando cargos para os quais não estão aptos a dirigir, colocando em risco todo o processo educativo de uma instituição, excluindo o perfil de escola comunitária a qual pais, alunos e professores de uma comunidade participam diretamente. (FERREIRA NETO E GARCIA, 1987)

Os autores ainda esclarecem:

Quando trabalhando em grupo as pessoas possuem necessidades inconscientes que precisam ser satisfeitas, a fim de que possam oferecer sua autêntica contribuição para o êxito dos trabalhos. Se um coordenador de grupo não facilita o processo de satisfação de tais necessidades, certamente seu esforço estará perdido (FERREIRA NETO; GARCIA, 1987 p.76).

Para envolver uma comunidade em um processo educativo, é necessário, primeiramente, divulgar as ideias, a fim de conquistar o público-alvo; conquistar a adesão do maior número de pessoas interessadas no processo ativo do empreendimento; reunir-se, constantemente, para, por meio de seminários, simpósios e congressos, garantir o êxito da execução e transpor as barreiras existentes. A escola verdadeiramente comunitária é aquela aberta aos pais, aos professores, a alunos, aos coordenadores, a diretores e aos colaboradores, onde todos participam integralmente com esforços, priorizando a Educação como ferramenta indispensável ao desenvolvimento humano.

Para que um trabalho dinâmico aconteça, é necessário que haja o controle de tarefas, que faz com que a pessoa defina seus horários e suas responsabilidades para cumpri-los ; a inclusão ou pertença, que faz com que a pessoa tenha um sentimento de que faz parte do grupo; a afeição, que caracteriza o sentimento de querer estar envolvido no processo, demonstrando amor por ele; a autoconfiança; a clareza, que enfatiza a capacidade de transmitir pensamentos e decisões com transparência; a energia, que significa estar disposto a trabalhar, arduamente, a fim de conseguir o que deseja; o interesse pelos problemas a serem solucionados; a fé, esse sentimento de acreditar em seu objetivo; a moralidade, que é uma virtude de extrema importância para lidar com trabalhos, envolvendo pessoas (FERREIRA NETO; GARCIA, 1987)

Um bom exemplo de colaboração diz respeito a um trabalho de campo da comunidade, na escola. Nesse espaço podem ser observados vários aspectos que sinalizam como deve ser o funcionamento de uma escola de boa qualidade. Iniciando pela sua fachada, pode-se constatar se está em bom estado de conservação, se é atrativa a todos que chegam ali. A iluminação é outro item essencial: é preciso verificar se é suficiente para manter a segurança dos alunos, dos professores e dos funcionários. Outro fator a ser observado refere-se à área para proteção em dias de chuva e de sol: ela é coberta? Ainda, há outros critérios que compõem esse rol de observação: existem faixas adequadas para a travessia de pedestres? Há acolhida satisfatória por parte dos membros da escola? Os espaços para atender pais, na secretaria, e durante algum evento que a escola oferece, são suficientes e condizentes com cada situação? Esses são alguns fatores indispensáveis ao funcionamento de uma escola que uma comunidade deve levar em consideração para futura participação de seus integrantes (BARBOSA; PEREZ, 2002).

A Educação comunitária tem vários ideais a serem alcançados. Igualmente, possui funções múltiplas, sendo capaz de exercê-las, direta ou indiretamente, na Educação dos seus membros. A comunidade ou a sociedade, como agências ativas na Educação, exercem seu papel em relação ao financiamento, ao controle da Educação formal, à seleção de membros da escola, aos meios de comunicação e aos valores da comunidade. O financiamento é um fator importante, pois, por exemplo, a comunidade pode financiar a Educação em forma de doações para a construção de um prédio ou de partes dele.

Quanto ao controle da educação formal, a comunidade estabelece a maneira pela qual a escola vai funcionar e também ajuda na determinação de objetivos que serão resultados de uma filosofia de vida existencial. Se a comunidade é progressista, ela considera os fundos gastos na Educação como investimento no bem-estar dos estudantes.

A comunidade ajuda na seleção dos membros da escola, que devem ser bem qualificados, no sentido de saberem administrar os detalhes práticos dos diferentes espaços disponíveis. Além disso, mobiliza todos os tipos de recursos para uma alta remuneração do corpo docente, com a finalidade do reconhecimento de seu profissionalismo. São muitos, pois, os desafios postos à comunidade. Nesse sentido, muitos ideais não são materializados e se tornam difíceis de serem viabilizados na realidade brasileira. Necessita-se de uma junção de esforços constantes por parte de todas as pessoas envolvidas em um processo educacional.

Os espaços culturais como museus e galerias de arte e as artes música e teatro fazem parte dos programas educacionais. Como exemplo disso, pode-se citar o Centro de Aprendizagem de Música do Colégio Dr. José Ferreira, construído em 2003, que ministra

aulas de música, gratuitamente, aos alunos e à comunidade, disponibilizando vagas a alunos carentes de escolas municipais da cidade de Uberaba.

A comunidade pode contribuir com a formação plena das crianças e dos jovens, exercendo seu papel educacional com efetividade, desenvolvendo atitudes desejáveis e valores evidentes nos padrões de comportamento de cada um deles, conforme práticas sociais comuns ao grupo. Na verdade, seu comportamento, comumente, reflete condutas consideradas éticas na comunidade à qual pertence. Assim, a comunidade é uma força educacional, que ambos, administrador e professor, devem perceber, porque não deverão trabalhar em subordinação a ela; mas sim, entendê-la e trabalhar com ela. Divergências podem surgir em muitos momentos, mas elas podem ser minimizadas ou solucionadas, por meio da cooperação e do esforço coletivo reciprocamente.

2.2 Contexto histórico

O Brasil teve sua experiência ditatorial no período de 1937 a 1945, sob Getúlio Vargas. Nessa época, o País viveu sob um regime de perda das liberdades públicas. O Estado Novo se desenvolveu para atender aos interesses de dois setores da burguesia: o agrário e o industrial. O Brasil não apenas era um país produtor de matérias-primas, mas passou a ser também um país de indústrias, expandindo centros industriais e comerciais como foi dito no Capítulo primeiro deste trabalho.

Diante do domínio da industrialização no País, surgiu a necessidade de mão de obra e de cargos de trabalho mais qualificados. Muitas famílias não tinham condições de proporcionar a seus filhos uma Educação secundária, já que era onerosa e exclusiva para os filhos da elite econômica. Ante esse quadro educativo em vigência no País, surgiu um jovem estudante com ideais, a fim de mudar essa situação de escola direcionada a jovens da elite. Esse estudante idealizava romper com essa prática e proporcionar aos indivíduos que pertenciam às camadas mais pobres o acesso a escolas de qualidade.

Seu objetivo era que pessoas das classes menos favorecidas economicamente se tornassem mais qualificados para o trabalho e fossem capazes de ocupar cargos que até então só eram ocupados pela elite. Já então surgia a ideia de uma Educação para todos. O estudante Felipe Tiago Gomes e alguns amigos, com muita determinação, foram os precursores da escola comunitária que se iniciou, primeiramente na cidade de Recife, em Pernambuco, no ano de 1943 (Figura 2).



Figura 2 Felipe Tiago Gomes – fundador da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade
<http://blogdotadeumiracema.blogspot.com.br>. Acesso 4 de mar.2017

Felipe Tiago Gomes nasceu em 1921, no sítio Barra do Pedro, em Picuí, na Paraíba. Filho de Elias Gomes Correia e Ana Maria Gomes. Como muitas crianças sertanejas, suas mãos eram calejadas pela enxada. Nas horas vagas, recebia lições de sua irmã Francisca. Frequentou a escola pública de Picuí. De 1933 a 1935. Concluiu o ginásio na cidade de Campinha Grande, Paraíba, mas não tinha condições financeiras, portanto voltou a Picuí para trabalhar na lavoura. Mudou-se para o Recife e trabalhou como porteiro e bibliotecário. Na biblioteca, teve o acesso à muitas obras literárias. Por todas dificuldades que passou para concluir seus estudos, despertou a criação de uma instituição a qual milhares de jovens brasileiros tivessem o acesso ao ensino secundário gratuito. E assim foi criada a Campanha do Ginásio Pobre - CGP, hoje Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC. (GOMES, apud QUEIROZ, R.,1962)

Gomes iniciou a Campanha do Ginásio Pobre que foi a célula embrionária da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), que nasceu na cidade de Recife (PE), no dia 29 de julho de 1943, durante o Estado Novo. Surgiu de uma ideia de um grupo de estudantes universitários que era dirigido por Felipe Tiago Gomes tinham como desejo principal contestar a situação atual de que a escola seria como um privilégio para poucos. (HOLANDA,1981).

Diante da situação política – Estado Novo – em que se encontrava o Brasil, esses estudantes tiveram a intenção de colaborar com a Educação, almejando igualdade entre as classes privilegiadas, que tinham acesso à Educação secundária, e os que não dispunham de recursos financeiros, trazendo soluções por meio de um projeto de Educação. Gomes e seus companheiros ficaram sensibilizados com a situação de divisão entre classes sociais em

relação à Educação e chegaram à conclusão de que os filhos da elite teriam acesso a uma Educação de qualidade para que pudessem exercer cargos superiores e de chefia. Por outro lado, os filhos de trabalhadores da classe popular estavam condenados, somente com seus cursos primários, a exercerem cargos de operários nas indústrias, de trabalhadores nas casas de ricos e de classe média alta e em estabelecimentos nas cidades (HOLANDA, 1981).

Todas essas considerações se somaram, para que os jovens estudantes universitários, que também eram estudantes pobres, se engajassem fortemente na campanha, porque conheciam uma realidade que não era só a dos outros, mas deles próprios. Esses estudantes viram a Campanha como uma forma de mudar a Educação, reintegrando-a às populações marginalizadas.

Felipe Tiago Gomes e seus companheiros da época foram movidos pela ansiedade e pelo entusiasmo de poder construir uma sociedade democrática com espírito humanitário, visando a uma Educação aberta para quem ainda não tinha oportunidade de se engajar nela. Todavia, o grupo dos fundadores da Campanha sofreu alterações, uma vez que alguns membros a deixaram por motivos diversos: temiam o sistema político do Estado Novo; tinham receio de embarcar em uma aventura que poderia não conciliar com a realidade brasileira da época. Posteriormente, somente o fundador e principal idealizador persistiu na Campanha, buscando convencer e integrar outros idealizadores ao projeto da Campanha, em todo o Brasil. Assim a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) surgiu para oferecer ensino gratuito a jovens carentes.

Com o esforço dos criadores da Campanha, esse trabalho voluntário se espalhou por todo o País, sempre celebrando suas metas alcançadas e sempre com o comprometimento de transformar a sociedade. Ao mesmo tempo, atendia aos muitos pedidos de ajuda e levava orientações necessárias à criação de unidades escolares, carregando sempre o nome da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (HOLANDA, 1989).

Felipe e seus colegas foram detentores de um sentimento social e humano e estavam engajados para se reunirem, a fim de expor suas ideias e objetivos de desencadear o movimento da Campanha. Chamada inicialmente de Campanha do Ginásio Pobre (CGP), Felipe Tiago Gomes cita seus amigos colaboradores e demonstra o empenho para a Campanha:

À primeira reunião da Campanha do Ginásio Pobre, por mim convocada, compareceram Carlos Luis de Andrade, Florival Silvestre Neto, Joel Pontes e Eurico José Cadengue, alunos do Ginásio Pernambuco, hoje Colégio Estadual de Pernambuco, e do Colégio Carneiro Leão, dois a dois. Expus os objetivos do movimento. Minhas palavras foram

recebidas com viva simpatia e aplausos. Aderiram plenamente à ideia. O Ginásio Pernambucano, onde eu fazia o curso Pré-Jurídico, único estabelecimento oficial do Recife, não era inteiramente gratuito. Assim, na ocasião da fundação da Campanha, não havia, em Pernambuco, um só estabelecimento sem taxas escolares! Daí a imensa dificuldade que tinham as classes modestas de buscar Educação de grau médio (GOMES, 1989, p. 20-21).

No início, não havia recursos financeiros nem matérias para a divulgação da Campanha. Assim a palavra escrita e a falada foram importantes recursos para a propagação do Boletim da Campanha do Ginásio Pobre (CGP), em 30 de agosto de 1943, com o objetivo de informar os estudantes sobre o projeto da Campanha e levar ao público o conhecimento sobre a referida proposta. O primeiro jornal não foi vendido e foi primordial para difundir a ideia de criação de um Ginásio gratuito. Foi também muito bem recebido com muitas adesões de brasileiros que apoiaram essa ideia (GOMES, 1989).

O discurso de Epitácio Soares, o primeiro jornalista da Campanha, traz-nos dados sobre a divulgação da ideia de se criar a CGP, à qual houve muitas adesões de solidariedade e admiração de muitos cidadãos brasileiros pelos jovens tão ousados em fundar a Campanha gratuita. Esse jornalista justificava sua adesão, ressaltando que o Ensino Secundário era muito oneroso e eram cobradas altas taxas escolares que impossibilitavam aos jovens carentes continuarem estudando. Soares cita que “Qualquer cidadão de boa vontade podia contribuir com o Movimento que abria as portas para o acesso ao Ensino Médio, para que não se tornasse privilégio somente para alguns” (GOMES, 1989).

Holanda (1981) comenta que os primeiros alunos do Curso de Admissão ao Curso Ginásial gratuito da Campanha eram, na maioria, operários que assistiam às aulas de pé, em uma sala cedida pelo Sindicato dos Contabilistas de Pernambuco, estado que sediou o primeiro local da Campanha. Sem recursos financeiros, após um ano de funcionamento nesse local, o movimento da Campanha, ou seja, o Ginásio Castro Alves, foi instalado na cidade de Recife-PE. Vale ressaltar que foram dois anos e meio de luta para ser reconhecido pela legislação da Educação: somente em 1946. Nesse mesmo ano, a Campanha mudou seu nome para Campanha dos Ginásios Populares. Gomes nos diz:

A Campanha dos Ginásios Populares parecia, naquela época, a alguns, que se tratava de uma obra comunista. A palavra popular era propriedade do referido Partido. Os diretores da Campanha, por via das dúvidas, resolveram mudar o nome da organização para Campanha dos Educandários Gratuitos (GOMES, 1989, p.53).

O entusiasmo dos jovens alunos carentes foi aumentando cada vez mais e aproximando laços entre alunos e os colaboradores da Campanha. Com o término da Segunda Guerra, novas filosofias de vida foram ressurgindo e os promotores da Campanha mantiveram-se, sempre com a intenção de melhorar a Educação do Ensino Secundário gratuito.

Felipe era um homem muito prestigiado quanto à defesa desse tipo de Educação democrática e solicitou várias reuniões com políticos influentes da época para a conquista de recursos, objetivando a continuidade da oferta do Ginásio. Iniciava-se a disseminação da ideia de um atendimento educacional para classes carentes, não somente no Estado de Pernambuco, mas em todos os Estados do Brasil.

Os Anais do XXIX Congresso Nacional Ordinário da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, realizado nos dias 30 e 31 de julho de 1984, traz-nos o discurso de Dr. José Irineu Cabral, membro da Diretoria Nacional da CNEC. Nesse discurso, Dr. José Irineu recorda a primeira aula de Português do Curso de Admissão, ministrada por ele, no pioneiro Ginásio Castro Alves na Rua Aurora, 363, primeiro Andar, que foi a primeira escola cenegista fundada no Brasil na cidade do Recife -PE cujo prédio foi cedido pelo Governo do Estado.

A primeira aula foi quase um discurso sobre a situação de indigentes do ensino público, sobre o potencial, o futuro e a mobilização das forças do trabalho cooperativo. Os professores estavam envolvidos pelo compromisso de contribuir com os 130 trabalhadores, suas aprendizagens e experiências didáticas de acordo com as aptidões de cada um. Dr. José Irineu Cabral (1984) relata:

Creio que conseguimos, juntamente com outros colegas professores, pelo exemplo, dedicação, mística, desprendimento e, quem sabe, especialmente pela capacidade de transmitir-lhes menos ensinamentos curriculares, e mais confiança e apoio à Campanha, cujo futuro dependia, evidentemente, dos resultados daquela iniciativa (CABRAL, 1984, p. 70).

Eram nítidos o entusiasmo e a dedicação de Dr. Irineu em relação ao movimento cenegista na trajetória da Campanha. Sentia-se apossado de um compromisso com a tão sonhada vitória da conquista da Educação dos trabalhadores das camadas populares que procuraram uma vida mais digna e promissora.

Em 1948, no I Congresso Nacional da Campanha de Educandários Gratuitos, elaborou-se o Estatuto da Campanha em âmbito nacional. A imprensa sempre apoiou o trabalho da Campanha e não houve relatos que demonstrassem opiniões contrárias a esse

apoio. Inclusive ela, a imprensa, foi favorável também à nomeação de Felipe Tiago Gomes como Delegado da Campanha junto às Unidades da Federação nesse mesmo ano de 1948.

O Estatuto da Campanha, então, foi aprovado e a entidade passou a se chamar Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), que era uma sociedade civil na cidade do Rio de Janeiro, com ação em todo o território nacional. Entre as finalidades da CNEG, no Estatuto, constava a colaboração com o Ministério da Educação e com os órgãos estaduais e receber deles orientação; fornecimento de material gratuito às classes não privilegiadas economicamente; fundação de educandários em todo o território nacional; assistência social aos educandos, promoção de pesquisas; fundação de bibliotecas e aquisição de verbas para manutenção da Campanha. (HOLANDA,1981).

O grupo da Campanha estava realmente empenhado em tornar a Educação de jovens carentes com qualidade social mais próxima à Educação de ricos que viveram nessa época. A CNEG baseou-se nos princípios da solidariedade dos homens e intencionou buscar respostas aos diversos problemas educacionais no Brasil da época em que jovens pobres não tinham acesso aos Ginásios. Nessa direção, o grupo defendia que, assim, todos teriam oportunidade de instrução, formando-se cidadãos dignos e participativos na sociedade. Vale ressaltar que a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos não permitia qualquer forma de discriminação com seu trabalho, desenvolvido em toda a nação, onde se encontram esses cidadãos defensores de um Brasil justo para todos.

Torna-se importante, para melhor compreensão da Campanha, explicitar a constituição organizacional da CNEG:

a) Setores Municipais.

b) Secções Estaduais.

c) Administração Nacional.

O Setor Municipal da CNEG é condição essencial para que um Município possa contar com um estabelecimento da Campanha.

Ao Setor Municipal cabe inteira responsabilidade pela existência e manutenção do educandário que criar e, para que possa realizar o máximo proveito, compete-lhe agir com autonomia na sua própria organização administrativa, tomando todas as medidas necessárias ao progresso do Movimento.

A Seção Estadual tem, além da Diretoria, um Conselho que sugere, aprecia e supervisiona o Movimento em todo o Estado, para que haja uma certa unidade de princípios e resultados.

A Administração Nacional constitui-se de

a) Congresso Nacional.

b) Diretoria Nacional.

c) Conselho Fiscal.

d) Conselho Consultivo.

O Congresso Nacional que se reúne anualmente, no mês de julho, é o órgão soberano da CNEG, apreciando e resolvendo sobre todos os assuntos, direta ou indiretamente ligados ao Movimento.

O patrimônio da CNEG será constituído dos bens móveis e imóveis que possua ou venha a possuir no território nacional. Suas rendas são provenientes das subvenções federais, estaduais ou municipais, auxílios, donativos e contribuições sociais (VERMELHO; PONTES, 1984 p. 37).

Essas são as bases que sustentam a CNEG, instituição particular, sem fins lucrativos, que buscava consolidar a democratização do Ensino Secundário para a camada social que não tinha acesso a esse patamar de ensino que possuíam alunos da classe social da elite. A CNEG foi criada para abrir as portas do futuro a jovens sem oportunidades financeiras para completar o Ensino Secundário.

Vermelho e Pontes (1984) relatam-nos as três categorias dos sócios da CNEG: os efetivos que são aqueles que se obrigavam a uma contribuição financeira; os honorários que prestavam serviços relevantes ao Movimento CNEG; os beneméritos que contribuíram, decisivamente, com seus serviços ou dinheiro em benefício à causa em 1948. Qualquer cidadão de boa vontade podia contribuir com o Movimento Cenegista que abria as portas para o acesso ao Ensino Médio para que não se tornasse privilégio somente para alguns. (VERMELHO; PONTES, 1984).

A expansão e a luta da Campanha pelos estados brasileiros se iniciou em 1948. No Pará, líderes estudantis da Faculdade de Direito dispuseram-se a ajudar a difusão do Ensino Secundário Gratuito sem abertura ainda de Ginásio secundário. No Amazonas, apesar da reunião com o Governador do Estado e com o Prefeito de Manaus, a proposta foi só anunciada no noticiário dos jornais; não prosperou. No Maranhão, com a ajuda de uma idealista em relação à Educação, a professora Ariceya Moreira Lima, houve a instalação do Curso Ginásial noturno no Colégio Estadual (GOMES, 1989).

Felipe Tiago prosseguiu seu percurso em alguns estados brasileiros ainda no ano de 1948; mas recebeu somente apoio, sem abertura de Ginásios. No Ceará, o Governador Faustino de Albuquerque e Souza recebeu cordialmente a Campanha. No Rio Grande do Norte, a Campanha teve estímulo pelas autoridades, mas não houve iniciativas no sentido de se assumir a proposta. Na Paraíba, o jornal “A República”, de 02/10/48, fez a divulgação do programa da CNEG. Em Alagoas, o Padre Teófanos Augusto de Araújo Barros, diretor do Colégio Guido de Fontgallant apoiou a Campanha. Em Sergipe, Felipe foi recebido pelo governador Moacyr Sobral Barroso. (GOMES, 1989)

Na Bahia, o Governador Otávio Mangabeira e o Professor Anísio Teixeira, Secretário da Educação, motivaram os Educandários Gratuitos. No Espírito Santo, a Campanha contou

com a colaboração do Governador Carlos Lindemberg, da imprensa e da Academia Capixaba dos Novos. No Distrito Federal, Felipe contactou o Ministro Clemente Mariani e com o Professor Lourenço Filho que aconselharam a elaboração do Estatuto Nacional da Campanha. No Rio de Janeiro, houve a expansão do movimento da Campanha no Estado pelo apoio de Luís Carlos da Fonseca, Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito. Finalmente, em São Paulo, não houve adesão à causa; não houve interesse por parte das autoridades estaduais (GOMES, 1989).

Até a fundação da CNEG no Estado do Rio de Janeiro, Felipe Tiago Gomes passou por muitas dificuldades financeiras, vivendo de favores e de dinheiro emprestado. Com a ajuda de Américo Salgado, estudante do Colégio Pedro II, Gomes fundou a CNEG do Estado do Rio de Janeiro, em 29 de fevereiro de 1949, inicialmente com alunos das classes operária e comerciária (GOMES, 1989).

Os primeiros Ginásios foram surgindo e se configurando, em 1949 como o Ginásio Castro Pinto em João Pessoa; o Ginásio Prof. João Cândido em Curitiba; o Ginásio de Coari, na cidade de Coari (AM); o Grupo Escolar Conselheiro Macedo Soares, em Niterói, que estava em condições precárias, passando a transferência de seus exames e provas provisoriamente para o Grupo Escolar Raul Vidal que, posteriormente, mudaria para o Ginásio Felisberto de Carvalho (GOMES, 1989).

Felipe Tiago Gomes era persistente em visitar os estados que teriam possibilidades de implantação da Campanha e o contato com políticos era imprescindível, no sentido de a Campanha ser reconhecida, em âmbito nacional, mesmo tendo ideologias de liberdade e democracia, contrárias ao regime político autoritário que predominou a partir de 1946. O Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) governou, autoritariamente, e houve repressão para impedir o crescimento dos comunistas e dos movimentos sociais e sindicais.

Gomes estabeleceu contínuos contatos com os políticos, que um fator fundamental para o nascimento da Campanha. Em um discurso proferido durante a sessão solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar o Cinquentenário da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, em 1993, Felipe Gomes faz um reconhecimento público. Ele afirma sobre as incansáveis vezes em que bateu às portas do Congresso Nacional, a fim de pedir recursos financeiros para a entidade CNEC em prol da Educação comunitária e reconhece que o Poder Legislativo brasileiro, durante os 50 anos de CNEC, jamais lhe negou sua colaboração.

Muitos dirigentes da Campanha eram políticos e, ainda no ano de 1951, foram criados os dois primeiros projetos de lei; o primeiro com muita dificuldade para ser aprovado e

subsidiado pelo Governo; sobre o segundo, dizia-se que haveria uma subvenção anual, tornando-a estável e respeitada. A Campanha possuía uma grande cobertura da imprensa nos jornais cariocas, como, por exemplo: “A Noite”, “Diário Carioca”, “A Manhã”, “Tribuna da Imprensa”, entre outros. Aos poucos, a Campanha ia crescendo por todo o Brasil. (GOMES, 1989)

Em 1951, a Lei nº 1.490-B, de 11 de dezembro, concedeu auxílio financeiro à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos:

Art. 1º. É concedido à Campanha Nacional de Educandários Gratuitas com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, o auxílio de Cr\$ 1.770.000,00 (um milhão, setecentos e setenta mil cruzeiros), destinado a custear a manutenção dos seguintes estabelecimentos de ensino:

	Cr\$
a) Ginásio Castro Alves, em Recife, Estado de Pernambuco.....	110.000,00
b) Ginásio Coari, em Coari, Estado do Amazonas	50.000,00
c) Ginásio Castro Pinto em João Pessoa Estado da Paraíba	50.000,00
d)Ginásio Felisberto de Carvalho, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro	50.000,00
e) Ginásio João Cândido, em Curitiba, Estado do Paraná	50.000,00
f) Colégio Guido de Fongaland, em Maceió, Estado de Alagoas, para manutenção do curso noturno.....	200.000,00
g) Escolas primárias do Grêmio Politécnico da Escola Politécnica de São Paulo.....	10.000,00
h) Ginásio Olavo Bilac, em Sertânia, Estado de Pernambuco	50.000,00
i) Ginásio de Monteiro, em Monteiro, Estado da Paraíba ...	50.000,00
j) Ginásio de Ajuricaba, em Manaus, Estado do Amazonas.....	50.000,00
k) Ginásio de Maués, em Maués, Estado do Amazonas	50.000,00
l) Ginásio Abraão Levi em Belém, Estado do Pará	50.000,00
m)Ginásio N. S. do Bom Conselho, em Princesa Isabel, Estado da Paraíba.....	50.000,00
n) Ginásio Epitácio Pessoa, em Picuí, Estado da Paraíba..	50.000,00
o) Ginásio Mauro Luna, em Campina Grande, Estado da Paraíba	50.000,00
p) Ginásio Alcides Bezerra, em Bananeira, Estado da Paraíba.....	50.000,00

q) Ginásio São José, em São José das Lales, Estado de Alagoas.....	50.000,00
r) Ginásio N. S. do Pilar, em Pilar Estado de Alagoas	50.000,00
s) Ginásio Santana, em Santana do Ipanema, Estado de Alagoas.....	50.000,00
t) Ginásio N. S. do Bom Conselho, em Arapiraca, Estado de Alagoas.....	50.000,00
u) Ginásio Teresense, em Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.....	50.000,00
v) Ginásio São Mateus, em São Mateus, Estado do Espírito Santo.....	50.000,00
w) Ginásio N. S. dos Navegantes, no Distrito Federal	50.000,00
x) Ginásio Barão do Rio Branco em Campo Grande, Estado de Mato Grosso.....	50.000,00
y) Ginásio Bela Vista, em Bela Vista, Estado de Mato Grosso.....	50.000,00
z) Ginásio Professor Ferreira em Goiânia, Estado de Goiás	50.000,00
aa) Ginásio Armindo Gomes, em Vianópolis, Estado de Goiás.....	50.000,00
bb) Ginásio Otaviano de Moraes, em Paraúna, Estado de Goiás.....	50.000,00
cc) Ginásio de Inhumas, em Inhumas, Estado de Goiás.....	50.000,00
dd) Ginásio Nestório Ribeiro, em Jataí, Estado de Goiás...	50.000,00
ee) Ginásio Gomes de Sousa em Grajaú, Estado do Maranhão	50.000,00
ff) Escola Paulo Hoeck, de Rosário, Estado do Rio Grande do Sul	50.000,00
Total.....	1.770.000

Sarah Lemos Kubitschek, primeira-dama brasileira, no período 1956-1961, também fora Presidente Nacional da Campanha, entre 1956 e 1957, e Presidente de Honra no biênio seguinte. Com grande influência e prestígio, ela contribuiu para o fortalecimento da CNEC, na década de 1950.

Importante observar que os Ginásios da Campanha já eram numerosos em alguns estados do Brasil, no entanto, mesmo com Ginásios existentes no Estado de Minas Gerais, não houve concessão financeira àquele Estado, no ano de 1951, ainda que tivesse forte atuação as instituições da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Só a partir da

década de 1960, houve a concessão de verba pública ao Estado de Minas Gerais, como mostra o Quadro 01:

Quadro 1 - Contribuições Oficiais dos Governos Estaduais à CNEG (1963- 1965)

Estado	Contribuição Anual por Turma de Alunos em CR\$
Acre*	
Ceará	250.000
Espírito Santo	100.000
Goiás	510.000
Guanabara	380.000**
Maranhão	50.000
Mato Grosso	150.000
Minas Gerais	40.000
Paraná	200.000 ***
Paraíba	150.000
Pernambuco	350.000
Piauí	100.000****
Rio Grande do Sul	45.000
Rio de Janeiro	150.000
Santa Catarina	40.000

* Pagamento dos professores das escolas e funcionários da Administração Estadual.

** Proporcional ao salário mínimo.

*** Contribuição por educandário

Fonte: Relatório de Atividades da CNEC (1963 – 1965) Educação Comunitária. Além do Estado e do Mercado? Autores Associados. Ronalda Barreto Silva

Outros dados importantes foram os do Quadro 2 que demonstram a expansão da Campanha no período recorte dessa dissertação.

Quadro 2 - Expansão da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - Cnec (1946-1970)

Anos	Nº de Escolas	%	Nº de Alunos	%
1946-1950	27	-	2.120	
1951-1955	93	244,0	8.812	315,7
1956-1960	373	301,0	31.371	256,0
1961-1965	758	103,2	122.341	290,0
1966-1970	1234	62,8	273.499	123,5

Fonte: Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Estatística. Educação Comunitária. Além do Estado e do Mercado? Autores Associados. Ronalda Barreto Silva.

O Quadro 2 mostra a expansão da Campanha durante o Governo Kubitschek, que era populista. Verifica-se um aumento na taxa de crescimento em duas décadas (1946 a 1966). A partir da década de 1960, aumentou a participação de verbas públicas no financiamento da Campanha pelas unidades de federação.

No Estado de Minas Gerais, em 1951, Felipe Tiago percorreu as cidades de Ponte Nova, Nova Era, Juiz de Fora, Santos Dumont, Conselheiro Lafaiete, Belo Horizonte, Sabará, Ouro Preto, Mariana, Sete Lagoas, Caeté, Santa Bárbara e Nova Lima. Inauguraram-se os Ginásios: “Vigário Raimundo”, em Santos Dumont (mas foi desligado da Campanha dois anos mais tarde); “Mons. Artur de Oliveira” e “Leonel Franca”, em Belo Horizonte e o “Dr. José Ferreira em Uberaba (GOMES, 1989).

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos foi um sonho de estudantes pobres que almejavam o acesso a uma Educação secundária igual à de jovens privilegiados que viveram na época e após o Estado Novo (1937 a 1945). A CNEG abriu as portas para a democratização da Educação Secundária no Brasil.

A sede própria da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos foi instalada na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1957. Naquele momento histórico para a Campanha, não havia dinheiro para o custeio do escritório, mas, com a colaboração do chefe do Escritório Técnico da Universidade do Brasil (ETUB), Dr. Horta Barbosa, foi feito o projeto da reforma do prédio onde se localizava o escritório, sendo executado pelo arquiteto Elias Kaufman e pelo engenheiro Carlos Cavalcanti. (VERMELHO; PONTES, 1984)

No ano de 1957, a CNEG possuía 257 (duzentos e cinquenta e sete) educandários gratuitos em duzentos municípios em todo o Brasil. Começou uma agitação saudável em torno dos estudantes cenegistas e com o entusiasmo de todos os alunos foi organizada a União Nacional dos Estudantes Cenegistas (UNEC), que colaborava com os grêmios cenegistas, promovia pesquisas educacionais e participava de programas da gratuidade do ensino (VERMELHO; PONTES, 1984)

Dulce Oliveira Vermelho (VERMELHO; PONTES, 1984, p. 49) foi professora defensora dos ideais cenevistas no Rio de Janeiro e grande admiradora de Felipe Tiago Gomes. Foi a autora do Hino Cenevista, instituído na época das comemorações do 16º (décimo-sexto) aniversário da entidade, em 1959:

Hino Cenevista

Tu que tens mais risos e menos pranto,
 Tu que tens mais paz e menos luta,
 Fica em silêncio um minuto só;
 Para e escuta:
 -Com a luz que a Escola irradia,
 e afugenta da treva o pavor,
 Há-de o povo lutar e vencer
 Sem temor! Sem temor!”

Estribilho

Amigo, avante!
 Na falante Cenevista
 Ocupa o teu lugar
 Pelo Brasil,
 Com fervor de idealista:
TRABALHAR! TRABALHAR!

Tu que tens mais riso e menos pranto,
 Tu que tens mais paz e menos luta,
 Fica em silêncio, um minuto só;
 Para e escuta:
 - “Uma escola aberta em qualquer parte,
 Com a sobras de teu riso, de teus cantos,
 Há-de transformar teu gesto em luz
 Para tantos! Para tantos!” (VERMELHO; PONTES, 1984, p. 57).

O Hino Cenevista traduz a luta incessante de idealistas que almejavam conquistar seu lugar em nosso País com a garra de sempre trabalhar em prol da democratização da Educação.

Para grande surpresa de todos, principalmente daqueles que lutaram pela sobrevivência da CNEC, a primeira turma da primeira CNEC – Ginásio Castro Alves – concluiu o Curso Ginásial em 1949. Naquela solenidade, o paraninfo da turma, Prof. Meton de Alencar, fez um discurso motivador aos concluintes do curso. O paraninfo incentivou aqueles que passaram muitas noites estudando e pesquisando, incansavelmente, a continuarem seus trabalhos árduos para seu progresso próprio, além de, assim, poderem contribuir com o progresso e renovação da pátria brasileira, alcançando novos horizontes para um futuro sempre promissor (GOMES, 1989).

O jornal “Correio da Manhã” publicou um editorial que abordava a criação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, enfatizando sua importância no contexto da ampliação de oferta de Educação em nível secundário aos jovens menos privilegiados

economicamente. O jornal também ressaltava a necessidade que o Brasil tinha de possuir Ginásios gratuitos direcionados a jovens de inteligências aproveitáveis e que tinham sede de estudos, mas que não possuíam recursos financeiros para ter acesso aos Ginásios da elite. (GOMES, 1989).

A imprensa dizia que a Campanha ganhava espaço a cada dia, inclusive com apoio do Cardeal D. Jaime Câmara e dos Ministros da Educação e da Guerra. Sem dúvida, a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos veio para engrandecer a instrução do povo e a Educação do Brasil. Em outros veículos de comunicação, ou seja, em jornais como “O Globo” e “O Jornal”, a CNEG foi ganhando espaço por meio de notícias dos seus Ginásios educandários gratuitos que tinham o interesse constante em motivar milhares de jovens a terem acesso ao Ensino Secundário. Outrossim, a CNEG continuava a buscar parcerias com os políticos, para viabilização de investimentos financeiros em projetos que visavam ao nascimento de novos educandários pelo Brasil e assistência permanente àqueles já existentes. (GOMES, 1989)

Gomes (1989) nos diz que homens importantes da época, como o Ministro Clemente Mariani, o Senador José Américo, o Sociólogo Gilberto Freyre e o Deputado Aureliano Leite deram apoio sincero à iniciativa dos jovens de Pernambuco que se preocupavam em melhorar a instrução no Brasil. A Campanha se articulava politicamente para o alcance de instalações de ginásios e recursos financeiros nos estados brasileiros.

No fim do ano de 1950, a Campanha conseguiu receber seu primeiro auxílio orçamentário do Governo Federal, no valor de Cr\$ 200,00; com esse auxílio, iniciou-se um período de colaboração financeira do Governo Federal à Campanha. Todavia não foi tão fácil; ao contrário, foi sim um processo bastante burocrático (GOMES, 1989). Sem dúvida, a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos necessitava de um maior apoio do Estado, que também possuía um papel fundamental de fornecer uma educação pública de qualidade.

2.3 Evolução da CNEC (1953-1971)

Holanda (1981) relata-nos que houve dois períodos da Campanha, entre 1953 e 1971. O primeiro foi de 1953 a 1961 que compreendeu o período das Leis Orgânicas do Ensino Secundário, do Ensino Industrial, do Agrícola, do Comercial, do Normal e do Primário e da Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O segundo período foi entre 1962 e 1971 que compreende as Reformas do Ensino de Primeiro e Segundo Graus. Durante esses dois períodos, houve um crescimento do número de estabelecimentos tanto da Campanha como de todo o Ensino Secundário do País.

Em uma conferência em 1953, Anísio Teixeira (1954) apontou que:

As novas gerações, cada vez mais oriundas das camadas populares, buscam essa escola, na ilusão de que, não somente vão ali adquirir a "melhor" Educação, uma vez que a escola se destinava aos "melhores" ou melhor classificado socialmente, como também o meio mais fácil de "melhorarem" ou se "reclassificarem" melhor socialmente. Mas, tal mudança de clientela vai, inevitavelmente, mudar a escola. Com efeito, tomada de assalto, a Escola Secundária está-se multiplicando entre nós a torto e a direito e, por força mesmo desse crescimento, vai simplificar-se e fazer-se uma escola diversificada e heterogênea, em evolução desigual, tal qual a escola primária. Todos os padrões se vão romper, estão-se rompendo, e a orgulhosa Escola Secundária se vai fazer uma escola em prolongamento da escola primária, boa aqui, regular ali e péssima acolá, sem padrões fixos, mas, em transformação constante (TEIXEIRA, 1954 p. 3)

Anísio Teixeira, com seu entusiasmo pela Educação, explica que a busca pela Escola Secundária não somente advinha da elite, mas também daqueles “menos afortunados e privilegiados” que almejavam a formação secundária. Seguindo o mesmo pensamento de Teixeira diante da Educação para todos os jovens, Felipe Tiago Gomes (1993) discursa na comemoração dos cinquenta anos de CNEC no Congresso Nacional:

Senhores Senadores, Senhores Deputados, autoridades presentes. Tenho profundas convicções, como fundador da Escola da Comunidade no Brasil, de que ela será a saída para a escola do futuro do ano 2000. Não entendo como os governos possam realizar a escola pública sem concurso das comunidades, sem a presença dos pais, sem o bem-querer das comunidades. A quebra de muros, vidros e carteiras, somente acontece quando a escola não conta com o auxílio das comunidades representadas pelos pais e pessoas outras, que as tornam fortes e responsáveis. Acredito mesmo que não resolveremos os problemas educacionais com modelos importados de países ricos. Temos o nosso jeito especial de fazê-la forte: basta reunirmos idealismo, civismo, vontade e ação conjunta com os poderes públicos, e teremos a solução ao maior dos problemas brasileiros (GOMES, 1993, p. 37).

O autor nos mostra sua paixão pela Educação e sua persistência em almejar uma Educação para jovens desprovidos de recursos financeiros; ressalta, ainda, a iniciativa de levar a eles não somente os Ginásios gratuitos, mas uma escola ativa e participativa junto às comunidades de cada município brasileiro.

SILVA (1968) nos trouxe, no ano de 1959, a ação privada, estadual e federal e a expansão do Ensino Secundário, eram um total de 1950 estabelecimentos, sendo 936 (48%) mantidos por entidades religiosas, 768 (39,4%) propriedades de pessoas físicas, de sociedades por cotas ou por ações, ou de cooperativas e 246 (12,6%) de entidades legais sem fins

lucrativos, entre elas, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, que possuía 185 estabelecimentos.

O total de estabelecimentos da CNEG representavam o peso de sua presença no total de estabelecimentos leigos sem fins lucrativos, demonstrando sua expansão e crescimento no território nacional.

A CNEG nasceu no período da ditadura e foi evoluindo em um período de redemocratização do País, na espera da Lei nº 4024/61, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa Lei procurou reestruturar o Ensino Médio, dando-lhe maior unidade, observando um tratamento de diferentes cursos de grau médio.

HOLANDA (1981) nos relata que a CNEG, desde sua criação (1943) a 1953, possuía 144.665 alunos no primeiro e segundo ciclos do Ensino Médio em 448 municípios. Em 1961 houve a criação de 52 Ginásios secundários e em 1968, já funcionavam 87.

Os resultados mostram um aumento significativo devido aos estudantes que pertenciam a CNEG, demonstrar interesse maior para ascensão social.

HOLANDA (1981) nos traz sobre a mudança do nome da Campanha,

Consta que a CNEG teve, no XIII Congresso Ordinário reunido na cidade de Miguel Pereira (RJ), em julho de 1969, mais uma oportunidade de rever os seus princípios. E, com isto, foi aprovada, mais uma vez, a mudança do nome da Campanha. Os Setores locais assumiram a responsabilidade de manutenção das unidades de ensino. Em consequência, a expressão “educandários gratuitos” já não correspondia mais à realidade. Passou-se a chamar Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Assim desapareceria aquele tom paternalista impresso pelo termo gratuito, enquanto se buscava imprimir nas comunidades uma nova significação do seu trabalho a de “autoajuda” (HOLANDA, 1981, p.68-69).

As escolas cenevistas não eram mais completamente gratuitas, pois precisavam de recursos financeiros suficientes para sua manutenção. Os Setores Locais, responsáveis pela administração de cada escola, organizavam-se para a arrecadação desses recursos e repassá-los à escola.

A CNEC passou por vários períodos da História da Educação brasileira, expandindo-se em muitos municípios. Novos caminhos foram abertos e a CNEC acompanhou todo o processo de mudanças da Escola Secundária. Nota-se que tanto no período das Leis Orgânicas, quanto no da Lei nº 4024/61, a CNEC teve um crescimento considerável.

A Lei nº 5692/71 sucedeu a Lei nº 4024/61 e proporcionou aos estabelecimentos de ensino a escolaridade obrigatória para oito anos, atingindo a faixa etária de sete a quatorze anos. O Ginásio se fundiu com o primário, denominando-se Primeiro Grau. O Ensino Médio,

passou a se denominar Segundo Grau. Com a Lei 5692/7, eliminaram-se as situações duplas do Curso Secundário – clássico e científico e dos cursos normal e técnico comercial, industrial e agrícola. A CNEC tinha os cursos Colegial e Ginásial como seus principais componentes e até a promulgação dessa Lei, era exclusiva em muitas cidades onde se instalou o Curso Ginásial.

HOLANDA (1981) nos relata que houve diminuição de recursos públicos em favor da CNEC entre 1969 e 1973. Os investimentos na CNEC não foram minimizados, pois havia os recursos financeiros das comunidades locais que se empenhavam em ajudar.

A CNEC foi a semeadora dos Ginásios gratuitos e perante a Lei nº 5692/ 71, foi adequando seus objetivos à realidade e empenhou-se em desenvolver um programa de trabalho e progressão de acordo com essa Lei.

HOLANDA (1981) diz-nos sobre a preocupação dos Setores Locais, de reorganizar seus cursos já existentes e criação de novos, de acordo com as necessidades locais e regionais. Como exemplo de destaque, cita-se o Centro Educacional Capitão Lemos Cruz, na Ilha do Governador no Rio de Janeiro que recebe a cooperação da Aeronáutica. A meta da CNE não era somente, os cursos de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional, mas também o Ensino Supletivo, que reintroduzia no ensino regular aqueles que não tiveram oportunidade de realizá-lo com ajuda dos Centros Comunitários.

Os Centros Comunitários despertavam o esforço dos membros de uma comunidade que se adaptavam à realidade e à necessidade de cada município onde existia um estabelecimento da CNEC.

Entre as escolas cenecistas de Minas Gerais estão o Colégio Cenecista Educare de Itaúna, em Itaúna (1943); o Colégio Cenecista Senador Eduardo Amaral, em Pouso Alegre; o Colégio Cenecista Dominicano Vieira, em Belo Horizonte; o Colégio Cenecista de Pirapora, em Pirapora (1961); o Colégio Cenecista Bernardo Mascarenhas, em Caetanópolis (1962); a Escola Cenecista Monteiro Lobato, em Juiz de Fora (1953); o Colégio Cenecista Várzea da Palma, em Várzea da Palma; a Escola Cenecista Dulce Oliveira, em Perdões (1957); o Colégio Cenecista Catanduvás (1959), em Varginha; o Colégio Cenecista Caratinga, em Caratinga; o Colégio Cenecista João Pinheiro (1962), em João Pinheiro; o Colégio Cenecista Juventino Dias (1963) em Lavras; o Colégio Cenecista Márcio Paulino (1963) em Sete Lagoas, o Colégio Cenecista Nossa Senhora do Carmo (1977), em Unaí; o Colégio Cenecista Professor Sérgio Ferreira em Além Paraíba, o Colégio Cenecista Virginópolis em Virginópolis; o Colégio Cenecista Doutor José Ferreira em Uberaba (1953); o Colégio Cenecista Nossa Senhora de Fátima, em Abaeté; e a Escola Técnica Cenecista de Ouro

Branco, em Ouro Branco. Não conseguimos, na documentação consultada, localizar a data de fundação de todas as escolas cenevistas.

No ano 2017, há 110 (cento e dez) unidades da rede CNEC nos estados brasileiros, sendo 2(duas) na Bahia; 12(doze) no Ceará; 2(duas) no Distrito Federal; 1(uma) no Espírito Santo; 1(uma) em Goiás; 1(uma) no Maranhão; 19 (dezenove) em Minas Gerais; 3 (três) em Mato Grosso; 3(três) na Paraíba; 2(duas) no Paraná; 3(três) em Pernambuco; 2(duas) no Piauí; 28 (vinte e oito) no Rio de Janeiro; 18(dezoito) no Rio Grande do Sul; 7 (sete) em Santa Catarina; 1 (uma) em Sergipe e 1(uma) em São Paulo.

No Capítulo 3, mostraremos a história da fundação do Ginásio Dr. José Ferreira na cidade de Uberaba em 1953, desde sua luta para construir uma estrutura que abrigasse jovens estudantes para ter o acesso ao ensino secundário, baseado em fontes e dados históricos fornecidos pelo arquivo histórico do Colégio Dr. José Ferreira até 1971, ano em que os concorridos exames de admissão foram extintos pela Lei 5692/71.

Vale lembrar que essa instituição de ensino foi, inicialmente, instalada no Grupo Escolar Brasil, localizado na Praça Comendador Quintino até o ano de 1962. Em seguida, no ano de 1963, mudaria de endereço para o atual prédio próprio, na Rua Felipe dos Santos, nº 286, Bairro Abadia.

CAPÍTULO 3 GINÁSIO “DR. JOSÉ FERREIRA” – UBERABA (MG) – 1953-1971

Neste capítulo, aprofunda-se o estudo da ação da CNEG, especificando a análise de uma de suas instituições, o Ginásio Dr. José Ferreira. É dividido em três subcapítulos: o primeiro discorre sobre a implementação do Ginásio, com dados históricos e comentários; o segundo apresenta informações sobre o personagem que deu nome à escola; o terceiro capítulo apresenta a ação de Felipe Tiago Gomes em relação a esse colégio; o quarto descreve a realização das atividades docentes do estabelecimento; o quinto analisa o processo de Regulamentação do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira.

3.1 A implantação do Ginásio Dr. José Ferreira

A implantação da CNEG em Uberaba ocorreu a partir do entusiasmo de um grupo de pessoas influentes, como o prefeito Dr. Antônio Próspero (1951 a 1955), e sua esposa, Dona Quita Próspero. Com grande otimismo, conquistaram a difícil tarefa de conseguir ajuda significativa para iniciar a História do Ginásio Dr. José Ferreira na cidade de Uberaba (MG).

Felipe Tiago Gomes, no seu livro “Escolas da Comunidade” (1989, p.10), nos diz: “Em Uberaba, o Prefeito, Dr. Antônio Próspero, e sua esposa, Dona Quita, apoiaram a criação do Ginásio Dr. José Ferreira.”

Todavia, nota-se que nos faltam documentos essenciais pertinentes ao setor local, relativos aos anos de 1953 a 1955, para as informações de maiores detalhes. Assim, ficamos desprovidos de elementos que melhor documentassem as atividades da Campanha em Uberaba, nos seus primeiros tempos.

Ao procedermos uma nova busca para aquisição de informações, relacionadas àqueles primeiros anos de funcionamento do Ginásio em Uberaba, conseguimos alguns dados importantes no diário uberabense “Lavoura e Comércio” no Arquivo Público de Uberaba, onde foi feito um levantamento histórico do assunto.

Na edição de 4 de março de 1953 (ano LIV, nº 13.132, p. 4) do jornal Lavoura e Comércio noticiava que o Prefeito Municipal de Uberaba, Dr. Antônio Próspero, estava vivamente empenhado na criação de um Curso Ginásial noturno gratuito em Uberaba (MG). Com o título “A ação do prefeito Antônio Próspero em favor do ensino. Cursos Ginásiais noturnos e gratuitos”. Essa edição dizia:

Cada vez mais se amplia e mais se acentua a louvável ação do Prefeito Dr. Antônio Próspero em todos os quadrantes de sua fecunda administração,

principalmente na parte que diz respeito ao desenvolvimento do ensino público em nosso município. Uma iniciativa bastante louvável e digna de aplausos acaba de ser tomada, agora, pelo ilustre administrador uberabense, medida que resultará em grandes benefícios para a mocidade local, mormente para a classe dos comerciários, cujas horas, durante o dia, são empregadas no trabalho obrigatório. Trata-se da criação, em Uberaba, de cursos ginasiais noturnos, ideia que tornada realidade, facilitará a frequência de elevado número de moços nos colégios secundários. Como se vê, o plano tem ampla significação sendo, mesmo, utilíssimo empreendimento a ser realizado pelo trabalho constante e pertinaz do governador do município.

Torna-se evidente a preocupação do Prefeito Dr. Antônio Próspero em proporcionar uma Educação Secundária de qualidade para muitos jovens que não tinham condições financeiras para uma formação que era privilégio de poucos jovens da década de 1940 e 1950 no Brasil. O projeto é dotado de vantagens como a gratuidade, que no início era assim planejado e destinado às classes de comerciários, servidores públicos e industriários que, por algumas horas à noite puderam aproveitar para a conquista do tão sonhado diploma Ginásial.



Figura 3 Fotografia de Doutor Getúlio Vargas com o Prefeito Antônio Próspero em 1952 - História de Uberaba – Fundação de Uberaba – Famílias de Uberaba

Disponível em <<https://homemculto.com/2008/10/28/historia-de-uberaba>>. Acesso em 3 jan 2017

Na edição de 16 de abril de 1953, do mesmo jornal “Lavoura e Comércio” (ano LIV, nº 13.168, p.1), o projeto do Ginásio noturno gratuito voltava ao assunto com o título “Uberaba vai ser dotado de um Ginásio de cursos inteiramente gratuitos. Coroado de êxito um trabalho do prefeito Antônio Próspero a favor da população juvenil – Instalação imediata do quinto ano – Funcionará no grupo escolar “Brasil””: “O Ginásio funcionará provisoriamente, no edifício do Grupo Escolar ‘Brasil’. Dentro de poucos dias será instalado o quinto ano do Ginásio. Por absoluta falta de tempo, o Curso Seriado só funcionará a partir de 1954.”

O prefeito Dr. Antônio Próspero apressou o início do funcionamento do quinto ano. A urgência fez com que ele contatasse a Secretaria da Educação de Minas Gerais para dar entrada aos procedimentos necessários para abertura do Ginásio noturno de Uberaba (MG). O chefe de gabinete do titular da Educação do Estado de Minas Dr. Colombo Etienne Arreguy transcreveu o radiograma. Constava,

Estou transmitindo autorização sra. Diretora do Grupo Escolar “Brasil” para funcionamento noturno do Ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Pretendo ir aí ato inauguração. aguardo notícias a respeito. Saudações (a) Colombo Étienne Arruguy – Chefe de gabinete do Secretário da Educação.

Era obrigação política do prefeito de Uberaba Dr. Antônio Próspero ajudar aos jovens seguir seus estudos e então ter a oportunidade de graduação referente ao Ensino Secundário gratuito, já que os que tinham acesso a essa Educação secundária eram somente aqueles privilegiados financeiramente.

Na edição do jornal “Lavoura e Comércio” do dia 10 de junho de 1953 (ano LIV, nº 13.210. p.3-1), segue-se o seguinte convite ao povo,

Será empossada amanhã, dia 11, às vinte horas, a Diretoria da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, (Diretório Municipal), Curso Ginásial Noturno Dr. “José Ferreira”, com a honrosa presença do exma. Dr. Colombo Etienne Arreguy, ilustre Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação do Estado e do acadêmico João Pessoa. A solenidade terá lugar no salão nobre do da Casa do Comércio e da Indústria, gentilmente cedido para tal fim.

Foram encontradas informações, que em 11 de junho de 1953, no salão nobre da Associação Comercial e Industrial de Uberaba, deu-se a inauguração oficial do Setor Local da CNEC e seu Ginásio em Uberaba (MG). Estiveram presente altas autoridades, bem como Dr. Colombo Etienne Arreguy. Os membros eleitos foram os Presidentes de Honra Dr. Antônio Próspero, o jornalista Quintiliano Jardim, o professor Santino Gomes de Matos e Dr. Colombo Étienne Arreguy, a Presidente D. Quita Costa Próspero, 1º Vice-Presidente, o representante da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, 2º Vice-Presidente, o representante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Santo Tomás de Aquino”, 3º Vice-Presidente, o representante da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, Secretário Geral Roberto Alcebíades Ferreira, 1º Secretário Dr. José Perez Vasquez, 2º Secretário, a Profª Therezinha de Jesus Maciotti, 1º Tesoureiro o Profº Djalma Alvarenga de Oliveira, 2º Tesoureiro o Profº Iran Sebastião de Oliveira. Os membros do Conselho Fiscal foram Dr. José Mendonça, Dr. Otacílio Rodrigues da Cunha e Dr. Lúcio Mendonça de Azevedo. Os membros do Departamento de Divulgação e Cultura foram Dr. José Soares

Bilharinho, Helena de Brito, José Ignácio de Oliveira, Lauro Esteves, Raul Jardim, Nicanor de Sousa Júnior, Pedro Santana e Prof. Alceu de Souza Novaes (JÀCOMO,1978).

Segundo o periódico “Lavoura e Comércio” (1953, 12 jun., ano LIV, nº 13.212, p.4), durante a cerimônia de posse dos membros eleitos da CNEG em Uberaba, Dr. Lúcio Mendonça de Azevedo pronunciou discurso sobre a importância do Ginásio da CNEG para a população menos provida de recursos econômicos e o significado da homenagem à memória de um ilustre uberabense Dr. José Ferreira. Em seguida, o estudante Alberto Valdo Silva proferiu um discurso de agradecimento a D. Quita, em seu nome e no de seus colegas. Depois da posse da Diretoria, foi informado que o curso já estava em pleno funcionamento no Grupo Escolar “Brasil”, no horário das 19h30mn às 21h30min, com 36 alunos e as matrículas ainda se encontravam abertas. O Grupo Escolar Brasil é situado na Praça Comendador Quintino, região central de Uberaba (MG).



Figura 4 Fotografia da Fachada do Grupo Brasil em 1920 - Acervo do Arquivo Público de Uberaba. A foto é de autoria desconhecida

Fonte: http://giseldacampos-jornalista.blogspot.com.br/2012/06/conta-gotasnoticias_04.html Acesso 12 fev 2017



Figura 5 Fotografia da Praça Comendador Quintino/Praça do Grupo Brasil, 1920

Acervo: Arquivo Público de Uberaba. Acesso 15 dez 2017

3.2 Dr. José de Oliveira Ferreira: um pouco da história do homenageado.

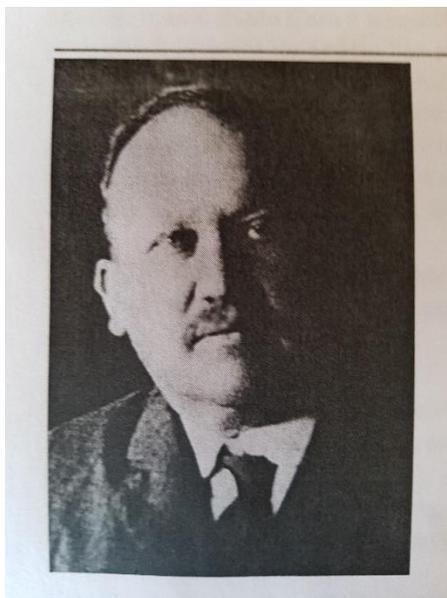


Figura 6 Fotografia de Dr. José de Oliveira Ferreira (1864 – 1951)

Arquivo Colégio Dr. José Ferreira

A homenagem ao nome do colégio foi ao Dr. José de Oliveira Ferreira (1854-1951), que nasceu na cidade de Uberaba (MG), médico influente na cidade. Coursou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro de 1882 a 1887 e voltou à sua terra natal a fim de exercer a Medicina. Ele atendia seus clientes indo à Santa Casa e às suas residências. Também clinicou em outras cidades da região, indo até mesmo ao estado de Goiás, porque, nessa época, 1890, havia apenas dois médicos. A partir de 1888, realizou muitas intervenções cirúrgicas em Uberaba. Foi a Paris, em 1889, onde aperfeiçoou-se em Bacteriologia na Faculdade de Medicina daquela cidade. Dedicou-se com muito empenho, tempo e persistência à Santa Casa, como clínico e como cirurgião, sendo por mais de 40 anos seu administrador. Em 1902, foi um dos incentivadores do projeto do prolongamento da estrada de ferro Oeste de Minas, de Bambuí até Uberaba e em 1905 da iluminação elétrica na cidade, formando-se a Companhia Força e Luz de Uberaba. Demonstrou muito afinco no trabalho quando participou também da criação do Banco de Uberaba em 1919 e organizou e foi Presidente da Sociedade de Rádio Telefonia de Uberaba Ltda. (ARQUIVO DO COLÉGIO DR. JOSÉ FERREIRA).

Dr. José Ferreira tinha também um lado político que o fez desempenhar um papel decisivo nas atividades antimonarquistas de Uberaba antes e depois de proclamada a

República. Presidiu a Câmara Municipal de 01 de agosto de 1887 a 17 de novembro de 1889, na última legislatura sob regime monárquico e influenciou em várias construções como a apresentação do projeto da estrada de ferro Oeste de Minas em 1902; instalação da iluminação elétrica na cidade de Uberaba em 1904; a criação do banco de Uberaba em 1919; organizou e foi Presidente da Sociedade de Rádio Telefonia de Uberaba Ltda. No regime republicano, ocupou cargos relevantes na administração municipal e integrou a Junta do Governo Provisório em 1890. Depois de muitos anos não ocupando cargos públicos, Dr. José Ferreira compôs a direção do partido da Concentração Municipal em 1919. Foi integrante de muitas entidades filantrópicas locais, sendo um dos fundadores do Asilo Santo Antônio em 1909. Ele já se dedicava nesse período também à Santa Casa de Misericórdia. (ARQUIVO DO COLÉGIO DR. JOSÉ FERREIRA)

A escolha do Dr. José Ferreira como nome para a escola foi significativa, desde que foi um uberabense ligado ao povo e suas ações eram dotadas de bondade e de solidariedade humana. Foi um médico de alto valor na sociedade uberabense. Nada mais justo que homenageá-lo desde que a abertura do Ginásio noturno CNEG foi um incentivo à Educação pública na cidade mineira de Uberaba (MG) oferecendo oportunidade de estudo para jovens desprivilegiados financeiramente.

3.3 A ação de Felipe Tiago Gomes

No início de 1953, Felipe Tiago Gomes, em suas andanças, passou por Uberaba e mostrou sua ideia de promover a Campanha à Dr. Oto Rezende da Cunha que era Secretário Geral do Colégio Triângulo Mineiro. Dr. Oto declarou-se impossibilitado, mas ele mesmo indicou o Professor Djalma Alvarenga de Oliveira. Dr. Antônio Próspero e sua esposa D. Quita deram total apoio à abertura da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, promovendo a instalação da Secção Municipal da CNEG em Uberaba. D. Quita, junto à população, angariava recursos financeiros. O Professor Leôncio Ferreira do Amaral, já à frente da Escola Normal Oficial de Uberaba, aceitou o cargo de Diretor do Ginásio “Dr. José Ferreira”. O Professor Dr. Koshiba Toshiro exerceu o cargo de Secretário gratuitamente e à frente da fiscalização do novo Ginásio, Dr. Augusto Afonso Pena. (JÁCOMO, 1978).

O periódico “Lavoura e Comércio” (1954, 16 mar., ano LV, nº 13.436, p.5), trouxe a esperada informação da realização dos exames de Admissão do Ginásio “Dr. José Ferreira”,

Ginásio "Dr. José Ferreira" (Da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos) EXAMES DE ADMISSÃO Com autorização especial, deverão ser iniciados, no dia 16 (dezesesseis) do corrente, às 19 (dezenove) horas, no prédio do Grupo Escolar Brasil, à praça Comendador Quintino, os exames de Admissão ao curso Ginásial. A inscrição será encerrada às 17 (dezesete) horas do mesmo dia dezesesseis e será deferida aos candidatos que apresentarem documentação legal completa (certidão de idade, atestado de sanidade física e mental, certificado de vacinação antivariolosa recente e prova e conclusão do curso primário), com as firmas reconhecidas. Serão nulas e passíveis de penalidade as inscrições de candidatos já reprovados, nos mesmos exames, em outro Ginásio, na época regulamentar de fevereiro próximo passado. As formulas do requerimento devem ser procuradas, na Secretaria do Ginásio, no referido prédio do Grupo Escolar Brasil das 8 às 10, das 14 às 17 e das 19 às 21 horas. Os cursos serão inteiramente gratuitos: não haverá taxas nem selos. Uberaba, 13 de março de 1954. O Secretário, Koshiha Toshiro. O Diretor, Leôncio Ferreira do Amaral De acordo. Data supra. O Inspetor Federal, Augusto Afonso Neto.

Finalmente, os Exames de Admissão realizaram-se, mesmo com o prazo ultrapassado, entretanto oficializados no Grupo Escolar "Brasil", que se localizava na Praça Comendador Quintino, Uberaba (MG) e ali ficou até 1962, quando se mudou para sede própria. O funcionamento efetivo iniciou-se no período noturno e houve o preenchimento das vagas em um total de 160. Conforme o previsto por Dr. Antônio, instalou-se um Ginásio gratuito em Uberaba (MG). Todavia, o Dr. Antônio Campos Rocha, Presidente do Setor Local, definido como a mantenedora financeira do colégio, deparou-se com uma situação penosa,

Em 1955, assumiu a Presidência do Setor Local o advogado Dr. Antônio Campos Rocha. Na verdade, o que o saudoso amigo assumiu foi um autêntico cargo de sacrifício, em face da precária situação financeira que ali encontrou. Mas, como causas coadjuvantes daquele penoso estado de coisas por que passava o Ginásio, podemos – e é importante – salientar que o primeiro ano de efetiva existência dele (1954) foi assinalado por graves acontecimentos políticos, que culminaram no trágico desaparecimento do Presidente Vargas e geraram penosa crise nacional. Faltou, portanto, o auxílio financeiro governamental, por lei destinado às escolas da Campanha (JÁCOMO, 1978, fl. 12).

Tratava-se da A Lei 3557 de 17 maio de 1959,

Determina a inclusão de subvenções no orçamento do Ministério da Educação e Cultura em favor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e da Associação de Educação Católica do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Será consignada, anualmente, no Orçamento do Ministério da Educação e Cultura, em favor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, sociedade civil de fins educacionais, subvenção relativa ao número de turmas dos estabelecimentos de ensino de nível médio por ela mantidos em todo o território nacional.

§ 1º A subvenção a que se refere esse artigo será fixada à base de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) por turma.

§ 2º Os estabelecimentos de Ensino Médio mantidos pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos poderão ter mais de uma turma, quando a soma dos alunos de duas das turmas não for inferior a setenta e cinco.

Art. 2º Para a consignação da subvenção, de que trata o artigo anterior, o Presidente da Campanha enviará, até o dia 15 de março de cada ano, à Divisão de Orçamento do Ministério da Educação e Cultura a relação dos estabelecimentos de Ensino Médio em funcionamento com o número de série, turmas e alunos, devidamente atestada pelo órgão competente.” (BRASIL, 1959)

A ideia do gratuito não parecia ser tão fácil assim, pois havia a necessidade de recursos financeiros para o seu funcionamento, sem os quais não haveria condição de sustentá-lo. O Ginásio enfrentava a responsabilidade que lhe foi imposta: Ginásio gratuito. Dois anos após a inauguração do Ginásio Dr. José Ferreira, em 1955, o Brasil sofria uma crise política e teve três Presidentes: Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (1955) e Nereu Ramos (1955-1956). Consequentemente, a Educação nos estados brasileiros sofreu com toda a situação financeira decorrente da instabilidade política e econômica.

Em relação a outros auxílios financeiros vindos do Governo Federal para a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos foram apresentados os projetos de lei, como a Lei nº 1490-B de 11 dezembro de 1951 que eram destinados à manutenção dos Ginásios gratuitos por todo o Brasil.

Alguns aspectos agravantes foram surgindo no Ginásio como o atraso e mesmo a cessação das contribuições sociais (os alunos angariavam doações de pessoas dispostas a fazer doações ao Ginásio); a insuficiência da verba federal que se destinava a 1/3 do salário-aula dos professores, que já era de valor reduzido, deixando-os mais desanimados e, em muitos casos, deixavam de comparecer às aulas. Alguns membros daquela Entidade Mantenedora não estavam mais tão entusiasmados com o Ginásio. Foi quando o Ginásio estava à beira de fechar suas portas, em 1956, que recebeu um ânimo para ser reerguido. Era elementar que necessitava de reorganizar suas finanças; planejar suas atividades futuras, visando à melhoria do próprio Ginásio e até mesmo investimentos na melhoria do patrimônio (JÁCOMO, 1978).

Com a nova Diretoria empossada em janeiro de 1956, o Ginásio tomou outros rumos começando suas atividades pelo Setor Local da C.N.E.C. que tinha as seguintes atribuições;

- a. nomear e destituir a Diretoria do Educandário;
- b. reclamar ao Diretor do mesmo as providências saneadoras de irregularidades porventura nele existentes; e

- c. controlar o recebimento de contribuições e donativos, efetuando os pagamentos, adquirindo o material necessário – enfim, toda a situação financeira (JÁCOMO,1978, fl.15).

Assim o Ginásio ia tomando uma forma mais sólida preparando sua base para dar passos à um plano de desenvolvimento efetivo. O Ginásio se expandia e aumentava sua procura;

Acrescente-se que, na Uberaba de então deparávamos com uma procura tremendamente maior que a oferta, por tratar-se de Ensino Ginásial gratuito. E só podíamos fazer funcionar, no Grupo Escolar “Brasil”, as 4 séries chamadas ginásiais, com 160 alunos... Nada mais! (JÁCOMO,1978, fl.15).

Havia uma enorme responsabilidade do que era assim chamado gratuito, pois as notícias do Ginásio corriam rapidamente pela cidade de Uberaba (MG) e região. Muitos jovens queriam se beneficiar-se dele, entretanto, o Grupo escolar “Brasil” não dispunha de um espaço muito amplo e havia salas suficientes somente para não ultrapassar os 160 alunos. Buscava-se uma solução já que a demanda era grande. As aulas noturnas eram destinadas apenas à Campanha, pois não havia aulas à noite, assim a disponibilidade do espaço para as aulas do Ginásio.

O documento de 1978, Relatório. Exposição histórica, descritiva e financeira até ao ano de 1977, nos traz que, para atrair melhores contribuições sociais e educacionais aos alunos e seus respectivos pais, ficou decidida a construção de um prédio próprio, espaçoso, funcional, com muitas salas, dando condições técnicas semelhantes ou superiores às dos melhores colégios da cidade e região. O fator financeiro era primordial. Foi quando surgiu a ideia de criar o Colégio, com extensão ao chamado Segundo Ciclo Secundário, no Curso Científico; haveria aulas não gratuitas no período diurno e, com essas contribuições financeiras, seria garantido o sustento do período noturno. Assim permitir-se-ia também a contratação de professores mais capacitados, possibilitando uma Educação mais completa, habilitando aos Vestibulares. O lema era “O diurno paga pelo noturno”. Em 1959, a escola ganhou um terreno da Municipalidade, na gestão do Prefeito Sr. Arthur de Mello Teixeira, localizado junto à Estação de Tratamento de Água da CODAU (Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba), no Bairro Boa Vista. O referido imóvel não foi aproveitado, pois o Colégio teria uma localização mais central. Então, o Setor Local e a Municipalidade de Uberaba resolveram reverter o terreno em dinheiro. O Setor Local adquiriu outro terreno. Era necessário a captação de fundos financeiros, que foram conseguidos por meio de campanhas sociais de toda espécie, das quais os alunos também participaram. O

resultado foi a conquista da Sede própria em 1962 e o endereço é Rua Felipe dos Santos, 10. Bairro Abadia.



Figura 7 Fotografia do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira em 1960 – Arquivo do Colégio Dr. José Ferreira – Uberaba (MG)

Na nova sede, houve um salto de 160 vagas para 600, proporcionando melhoramentos aos alunos, professores e funcionários em relação ao espaço físico do Colégio como o funcionamento do laboratório para as aulas de Química, quadra de esportes e biblioteca.

A exemplo do que ocorria em todo o País, com relação às escolas da Campanha, naquele mesmo ano subiu demais a procura de vagas: as antigas 160 tiveram de tornar-se quase 600! Um belo salto! Impressiona bem saltar de 160 para 600, quando, entretanto, isso não acarreta novos problemas, porque vinha exigir-nos mais gente, mais trabalho e mais despesas. Só que já havíamos previsto tal situação e estávamos preparados para enfrenta-la, com tranquilidade e segurança (JÁCOMO, 1978, fl. 17).



Figura 8 Fotografia da Vista do pátio interno do Colégio – Arquivo do Colégio Dr. José Ferreira – Uberaba (MG).

A simplicidade da estrutura física do Colégio era um fator importante para que houvesse maior captação de fundos financeiros abrangendo campanhas sociais de toda espécie, das quais participaram os alunos e a população de Uberaba.

JÁCOMO (1978) ainda nos traz que o Colégio deixou as instalações do Grupo Escolar “Brasil”, o qual o acolhera generosamente desde 1954. As atividades letivas do Ginásio e do Científico foram iniciadas em 1963, porém com o prédio novo ainda inacabado, o que não foi obstáculo para que o tão sonhado ano letivo de muitos começasse. O Colégio “Dr. José Ferreira” ia se transformando num estabelecimento modelar de ensino desde que houve o aumento de mais 440 vagas do diurno e com a entrada de maior renda financeira e à medida que o orçamento permitisse, melhoramentos e benfeitorias foram sendo introduzidos na escola. A preferência pelo período diurno era dos filhos de pais privilegiados financeiramente e de famílias tradicionais da cidade de Uberaba e região. Os alunos do diurno ajudariam, em termos de receita, os alunos do noturno, que trabalhariam durante o dia e estudariam durante a noite, beneficiando estes educandos desprovidos de maiores recursos.

A intenção da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade na cidade de Uberaba de aumentar as vagas era proporcionar um ensino a fim de abranger a classe de estudantes ricos e tradicionais e jovens desprivilegiados financeiramente.

O Colégio Dr. José Ferreira, assim como já o chamavam na década de 1950, alcançara esse êxito de não haver distinção entre os jovens que não tinham condições financeiras de pagar por uma Educação de qualidade e aqueles que a tinham. Notamos a importância de um fator fundamental para que esse êxito ocorresse: o Pessoal da Administração do Setor Local, que era constituído de homens lúcidos e idealistas, como o Presidente da CNEC Local Dr. Rubem Jácomo, o Diretor Prof^o Marcos Humberto Calcagno e os professores representantes do Conselho Fiscal Leôncio Ferreira do Amaral, Dr. José Mendonça, Santino Gomes de Matos prontos a oferecer apoio e cooperação nas iniciativas e medidas que lhes pareciam justas e acertadas; o Corpo Docente junto com a secretaria e orientadores educacionais, conjugando harmoniosamente as atividades didáticas e pedagógicas que conseguiam transmitir aos educandos objetivos específicos e formativos da Educação para um preparo aos cursos superiores; os funcionários responsáveis pela disciplina do Colégio, que recebiam orientações para ajudar a proporcionar um ambiente saudável e tomando providências no caso de atitudes relacionadas à indisciplina. Os funcionários da administração, contabilidade, imprensa, biblioteca, portaria, almoxarifado, arquivo, limpeza e vigilância, formavam, de fato

uma verdadeira colmeia de trabalho edificante capaz de executar perfeitamente a sua parte. (JÁCOMO, 1978).

3.4 A realização das atividades docentes, o cotidiano dos docentes no José Ferreira.

Durante a pesquisa no arquivo particular da secretaria da escola, foram-nos fornecidos os documentos que atestavam o curso das aulas, disciplinas, frequências de alunos e de professores e atas de reuniões. No Livro de Assinaturas (1954 a 1958), constavam os pontos dos professores. Como exemplo no dia 25 de março de 1954, página 4, estavam a distribuição das disciplinas desde a primeira à quarta série do curso Ginásial noturno, correspondentes ao que se denomina sexto ao nono do Ensino Fundamental. No primeiro dia de aula, foram lecionadas as disciplinas de Latim, Trabalho Manual, Matemática e Francês na primeira série, Trabalho Manual, Latim, Português e Matemática na segunda série, Português, Matemática, Inglês e História na terceira série, História, Português, Matemática e Francês na quarta série.

Quadro 3 - Carga horária semanal do Ginásio no ano de 1957

Disciplina	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Latim	1h40m	1h40m	1h40m	1h40m
Trabalho Manual	1h40m	1h40m	-	-
Matemática	2h30m	2h30m	2h30m	2h30m
Francês	3h20m	1h40m	1h40m	1h40m
Português	2h30m	2h30m	2h30m	2h30m
História	1h40m	1h40m	1h40m	3h20m
Geografia	1h40m	1h40m	1h40m	1h40m
Desenho	1h40m	1h40m	1h40m	50m
Inglês	-	2h30m	2h30m	2h30m
Ciências	-	-	2h30m	2h30m

Locais marcados com o caractere (-), significa que não houve disponibilidade desta disciplina nessa série.

Fonte: Livro de Assinaturas (1954-1968). Arquivo do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira

Quadro 4 - Carga horária semanal do Ginásio no ano de 1958

Disciplina	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Latim	1h40m	1h40m	1h40m	1h40m
Trabalho Manual	1h40m	1h40m	-	-
Matemática	2h30m	2h30m	2h30m	2h30m
Francês	3h20m	1h40m	1h40m	1h40m

Português	2h30m	2h30m	2h30m	2h30m
História	1h40m	1h40m	1h40m	3h20m
Geografia	1h40m	1h40m	1h40m	1h40m
Desenho	1h40m	1h40m	1h40m	50m
Inglês	-	2h30m	2h30m	2h30m
Ciências	-	-	2h30m	2h30m

Locais marcados com o caractere (-), significa que não houve disponibilidade desta disciplina nessa série.

Fonte: Livro de Assinaturas (1954-1968). Arquivo do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira

Como pode ser observado nos quadros 3 e 4, as disciplinas se mantiveram sem alteração em sua carga horária. Os dados informam que eram lecionadas quatro disciplinas por dia. Entretanto em 1957, houve um aumento de duas aulas de 1 hora e 50 minutos na carga horária das terceira e quarta séries do Ginásio durante o sábado. Entretanto, ainda na quarta série, houve mais uma aula de 50 minutos por semana além do sábado. As disciplinas correspondentes a essas aulas não foram informadas.

Vale ressaltar também a quantidade de matrículas de 1954 a 1963, registrada no Livro número 1 de Registro de Matrículas, no qual também constam dados dos alunos como a data, local e estado de nascimento e nacionalidade, endereço de residência, turno, curso, série e profissão dos pais.

Quadro 5 - Registro de número de matrículas por ano

Ano	
1954	44
1955	97
1956	126
1957	199
1958	180
1959	189
1960	244
1961	208
1962	200
1963	240

Livro número 1 de Registro de Matrículas. Arquivo do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira.

Percebe-se o crescente número de matriculados na escola devido ao grande interesse de jovens ao acesso ao ensino secundário.

Quadro 6 - Cidade por número de alunos da 1ª série Ginásial em 1954

Cidade	Número de Alunos
Uberaba (MG)	24
Morro Agudo (SP)	1
Araxá (MG)	4
Sacramento (MG)	2
Patos de Minas(MG)	1
Casa Branca (SP)	1
Bom Despacho(MG)	1
Perdizes(MG)	1
Carmo do Paranaíba(MG)	1
Porto Real (RJ)	1
Simplício Mendes (PI)	1
Carmo do Rio Claro(MG)	1
Prata(MG)	1
Campo Florido	2
Angical (BA)	1
Conquista(MG)	1

Livro número 1 de Registro de Matrículas. Arquivo do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira.

A maioria dos estudantes eram de Uberaba e o restante de cidades do interior do estado de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Piauí e São Paulo.

Quadro 7 - Profissões dos pais por número de alunos da 1ª série Ginásial em 1954

Profissões	Número de Alunos
Pedreiro	3
Doméstica	27
Lavrador	11
Operário	2
Tintureiro	2
Militar	2
Fazendeiro	1
Eletricista	2
Costureira	1
Polícia	1
Maquinista	1

Sapateiro	1
Negociante	1
Comerciante	1
Carpinteiro	3
Industrial	1
Construtor	1
Empreiteiro	1
Falecido	1
Profissão não informada	9

Livro número 1 de Registro de Matrículas. Arquivo do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira.

Os dados informam que a identidade do colégio, voltada a proporcionar uma Educação secundária para jovens desprivilegiados financeiramente, mostra-se coerente ao citarmos no Quadro 7 as profissões dos pais, mostrando que eram realmente carentes.

Outro achado essencial para nossa pesquisa foi o Livro número 1 de Ata / Exames de Admissão das turmas de 1954 a 1968. Esse livro contém 100 folhas, rubricadas pelo Inspetor Federal Dr. Augusto Afonso Neto e numeradas a máquina. Eram registrados os nomes dos candidatos e as respectivas matérias de Português, Aritmética, Geografia e História. Para cada uma delas, constavam os resultados de três provas: escrita, oral e a média. Cada ata era assinada por todos os membros da banca examinadora e pelo Inspetor Federal Augusto Afonso Neto, responsável para verificar a estrutura da escola.

Quadro 8 - Exames de Admissão por ano, alunos admitidos e alunos aprovados

1ª Época			2ª Época		
Anos	Alunos	Aprovados	Anos	Alunos	Aprovados
1954	-	-	1954	56	47
1955	53	22	1955	-	-
1956	135	38	1956	97	36
1957	121	39	1957	103	23
1958	95	47	1958	-	-
1959	-	-	1959	-	-
1960	105	26	1960	79	38
1961	100	35	1961	-	-
1962	139	23	1962	77	12
1963	85	22	1963	115	42

1964	88	31		1964	87	34
1965	27	25		1965	42	31
1966	40	29		1966	30	24
1967	-	-		1967	56	27
1968	68	39		1968	54	38

Obs.: O caractere (-) simboliza que, nestes anos, não foram encontrados números para registro

Fonte: Livro número 1 de Ata / Exames de Admissão das turmas de 1954 a 1968. Arquivo do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira.

O Livro de Atas de Reuniões de Professores do Curso Ginásial, nas páginas 1 e 2, registrou a escolha de representantes do curso na Junta da Escola, referentes aos anos de 1958, 1959 e 1960. A Junta da Escola situava no próprio colégio e era a própria entidade mantenedora, responsável pelos setores financeiro e administrativo do Colégio Dr. José Ferreira.

No Livro de Registro de Atas dos Resultados Finais do dia 15 de dezembro de 1954, consta o registro de número de alunos, reprovações e desistências de primeira a quarta série (1954 – 1967) do curso noturno do Ginásio Dr. José Ferreira.

Quadro 9 - Resultados Finais - Primeira série do curso noturno do Ginásio Dr. "José Ferreira

Ano	Nº de Alunos	Reprovados	Desistentes
1954	21	7	-
1955	41	18	-
1956	41	12	-
1957	44	11	-
1958	49	11	7
1959	49	8	5
1960*	52	24	5
1960**	54	22	5
1961	53	8	5
1962	54	6	8
1963	56	-	3
1964	58	10	13
1965	53	8	10
1966	59	11	7
1967	53	18	10

* Turma A

** Turma B

- não houve

Livro de Registro de Atas dos Resultados Finais do dia 15 de dezembro de 1954. Arquivo do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira

Observa-se que, entre 1954 e 1960, de 297 alunos matriculados 113 foram reprovados, 17 desistentes, portanto 167 aprovados. Entre 1961 e 1967, dos 387 alunos matriculados, 61 alunos foram reprovados, 56 desistentes, portanto 270 aprovados.

Quadro 10 - Resultados Finais - segunda série do curso noturno do Ginásio Dr. "José Ferreira"

Ano	Nº de Alunos	Reprovados	Desistentes
1955	33	14	-
1956	45	15	-
1957	50	13	-
1958	50	20	8
1959	51	10	9
1960	52	16	8
1961	53	18	5
1962	62	6	10
1963	52	1	7
1964	56	9	9
1965	54	3	9
1966	53	17	15
1967	57	11	11

Livro de Registro de Atas dos Resultados Finais do dia 15 de dezembro de 1954. Arquivo do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira

Entre 1955 e 1961, dos 334 alunos que cursaram a segunda série Ginásial, 196 foram reprovados, 30 desistentes, portanto 108 aprovados. Entre 1962 e 1967, dos 334 alunos, 47 foram reprovados, 61 desistentes, portanto 226 aprovados.

Quadro 11 - Resultados Finais - terceira série do curso noturno do Ginásio Dr. "José Ferreira"

Ano	Nº de Alunos	Reprovados	Desistentes
1956	21	15	-
1957	45	7	-
1958	43	3	9
1959	52	7	9
1960	52	14	5
1961	53	10	6
1962	52	5	2
1963	51	-	5
1964	52	7	9

1965	47	4	1
1966	47	-	8
1967	54	2	10

Livro de Registro de Atas dos Resultados Finais do dia 15 de dezembro de 1954. Arquivo do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira

Entre 1956 a 1967, dos 569 alunos que cursavam a terceira^a série Ginásial, 74 foram reprovados e 64 desistentes, portanto 431 alunos foram aprovados.

Quadro 12 - Resultados Finais – quarta série do curso noturno do Ginásio Dr. "José Ferreira"

Ano	Nº de Alunos	Reprovados	Desistentes
1957	30	3	-
1958	37	1	1
1959	41	2	2
1960	37	1	3
1961	49	10	1
1962	50	3	4
1963	50	-	-
1964	50	-	3
1965	52	-	-
1966	46	5	-
1967	56	-	1

Livro de Registro de Atas dos Resultados Finais do dia 15 de dezembro de 1954. Arquivo do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira

Entre 1957 e 1967, dos 498 alunos que cursaram a quarta série Ginásial, 25 foram reprovados, quinze desistentes, portanto 458 alunos foram aprovados.

Os números mostram que 458 alunos entre 1953 a 1967 conseguiram concluir seus estudos no Ginásio Dr. José Ferreira, o que representou um passo para o acesso a jovens que não pertenciam à elite econômica, ao Ensino Secundário.

No Livro de Atas de Reuniões dos Diretores Administrativos do Colégio entre 1968 e 1974, constam-se as anotações como alunos que estavam com dificuldades nos estudos, ocorrências disciplinares, a frequência dos professores, a elaboração do Departamento de Esportes e mudança dos termos Orientador Educacional para Orientador Pedagógico,

responsável na organização das turmas e em atender e ajudar alunos com dificuldades na aprendizagem, assim como o atendimento aos pais. O termo Disciplinário foi modificado para Orientador Educacional, que era responsável na questão logística e material. Entretanto, não foi registrado o motivo da mudança desses termos.

3.5 Regulamentação do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira

A Portaria nº 76 emitida pelo Ministério da Educação e Cultura em 17 de fevereiro de 1970 concede no 1º artigo a autorização para o funcionamento de segundo ciclo de Curso Secundário do Ginásio Dr. José Ferreira e no segundo artigo a denominação do estabelecimento que passou a ser Colégio Dr. José Ferreira. O nome Dr. José Ferreira foi apenas regulamentado por ofício, mas toda a população de Uberaba e região já assim o chamava.

A Portaria nº 2 de 25 de julho de 1972, emitida pela Inspeção Seccional de Uberaba, nos traz no primeiro artigo a concessão do reconhecimento ao primeiro e segundo ciclos, do Colégio Dr. José Ferreira e no segundo artigo a concessão do reconhecimento das Classes Anexas de primeiro ciclo mantidas pelo colégio no Hospital do Pênfigo Foliáceo de Uberaba, situado na Rua Castro Alves nº128, que tinha a intenção de proporcionar aulas do Ginásio aos portadores de hanseníase internados nesse hospital.

Em relação ao nome do Colégio, foram feitas mais três alterações. Foram oficialmente feitas com a Resolução nº 858/74 emitida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais publicado no Minas em 19 de julho de 1974, pág. 7 autorizou a denominação para Escola da Comunidade D. José Ferreira - Primeiro e Segundo Graus.

O Diário Oficial de Minas Gerais, publicado em 23 de dezembro de 1998, na página 3 do Diário do Executivo, Legislativo e Publicações de Terceiros, traz-nos a mudança de denominação da Escola da Comunidade Dr. José Ferreira – Primeiro e Segundo Graus para Colégio Dr. José Ferreira, de Ensino Fundamental (primeira e oitava série) e Ensino Médio.

A Portaria nº 553/2001, emitida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais em 14 de julho de 2001, autorizou a mudança da denominação de Colégio Dr. José Ferreira para Colégio Cenecista Dr. José Ferreira. O nome Cenecista enfatiza a relação da escola com a comunidade, voltando às suas raízes, de quando foi fundada e com o propósito de atender a comunidade.

Outro importante documento no arquivo particular do colégio foi a Portaria 1607/86 que transforma as Classes Anexas de Primeiro Grau (primeira a oitava série) da Escola da

Comunidade Dr. José Ferreira em estabelecimento autônomo reconhecido e a Portaria 1608/86 que transfere a Entidade Mantenedora das Classes Anexas de Primeiro Grau (primeira a oitava série) da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) para a Prefeitura Municipal de Uberaba (MG). Ambas foram publicadas no Diário Oficial de Minas em 29/07/1976 na página 13 e emitidas pela Secretaria Estadual de Educação. As Classes Anexas eram sediadas no Hospital do Pênfigo de Uberaba, que fornece tratamento gratuito para a cura da Hanseníase, e assim possibilitavam aos jovens enfermos o acesso ao Ginásio. Essa citação acima é parte da documentação pertinente ao arquivo particular do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira.

O Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, nasceu em 1953, com a criação do “Ginásio José Ferreira”, na cidade de Uberaba (MG), e pertencia à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Para uma compreensão geral, verificou-se no Capítulo primeiro, a formação e desenvolvimento do Ensino Secundário durante o período de 1930 a 1971, e sua transição do privilégio da elite econômica ao direito de todos à Educação. A relação é atribuída, devido ao fato da CNEG ter sido criada para oferecer Ginásios gratuitos a jovens sem condições financeiras em todo o País.

Em Uberaba, o “Ginásio Dr. Ferreira” foi criado com muita luta e com a ajuda da comunidade uberabense, atendeu não somente aos jovens da cidade, mas também àqueles que viam do interior da região. O Ginásio sofreu a influência das leis educacionais e tinha que se inserir em suas conjunturas durante o período recorte de 1953 a 1971, ano em que foi promulgada a Lei nº 5692, que extingue os exames de Admissão obrigatórios à entrada ao Ginásio.

Para melhor entender o que constitui uma escola da comunidade, o capítulo segundo nos mostra a base do desenvolvimento comunitário e o contexto histórico da CNEG, hoje Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que defendia a democratização da Educação no País, em especial, aos jovens menos favorecidos. A CNEG atuou não somente em grandes centros, mas também em municípios mais distantes das capitais, permitindo o acesso a todos que almejassem a entrada em um Ginásio gratuito.

Neste capítulo terceiro, a História e memória do “Ginásio Dr. José Ferreira” foi reconquistada e permitiu ser inserida no contexto histórico da Educação do Brasil, desde sua implantação na cidade de Uberaba, passando por seus criadores e incentivadores como mostrando também documentos que mostram registros da realização de suas atividades docentes e administrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período recorte de 1953 a 1971, o Ensino Secundário era destinado à elite econômica e cultural do Brasil. Na década de 1950 e 1960, para que o aluno tivesse acesso ao Ensino Secundário, além de ser privilégio de poucos, ainda se fazia necessário realizar o Exame de Admissão, criado na década de 1930, o que dificultava o acesso da maioria da população brasileira ao Ensino Secundário. As provas, escritas e orais, eram realizadas na segunda quinzena de fevereiro e eram compostas das disciplinas de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais.

O Ensino Primário era destinado às classes menos favorecidas, e o Secundário acadêmico e o Superior para a elite. Os exames seletivos de Admissão ao Ensino Secundário eram necessários para manter a hierarquia social e representavam uma barreira aos jovens que almejavam continuar seus estudos a fim de alcançar o sonhado Ensino Superior.

Em 1943, um cidadão que não pertencia à elite brasileira entrou para a História da Educação Secundária no Brasil. Felipe Tiago Gomes foi o fundador da atual CNEC (Campanha Nacional de Escolas Cenevistas). Ele fundou os Ginásios cenevistas gratuitos para jovens que não tinham recursos financeiros a fim de custear seus estudos no Ensino Secundário em vários estados brasileiros. Em 1953, O Ginásio Dr. José Ferreira, objeto de estudo desta dissertação, foi fundado em Uberaba com o intuito de levar os estudos a jovens necessitados da cidade de Uberaba (MG) e região. Portanto foi uma tarefa bastante gratificante resgatar a história de vida desse Ginásio, desde que cumpriu e cumpre seu importante papel educacional na sociedade uberabense. O Ginásio Dr. José Ferreira contava com a participação da comunidade em ajudar a instituição para que nunca se interrompesse sua construção e seu funcionamento.

Esse Ginásio iniciou suas atividades em 1953, no período noturno, em salas de aula emprestadas pelo Grupo Escolar Brasil situado na Praça Comendador Quintino nº 1920, quando em 1963, ele foi transferido para sua sede própria situada na Rua Felipe dos Santos nº10.

A institucionalização do Ginásio Dr. José Ferreira seguia com a composição da direção local e integração do maior número possível de colaboradores. Pais, alunos e membros da comunidade local participavam para arrecadação de recursos necessários ao funcionamento do Ginásio. A gratuidade não era uma exigência da CNEC. De certa forma, os alunos tinham que dar uma contribuição mensal para sua permanência na escola. O Ginásio

pedia à população da cidade, na qual iria se instalar um educandário da CNEG, contribuição financeira para manter o Ensino Secundário.

Fazendo uma análise da relação da CNEG com as mudanças ocorridas em relação à Educação, principalmente, ao Ensino Secundário durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, percebe-se que ela se integrou ao aparelho do ensino regular que, em nível médio, estruturados em vários ramos paralelos: o Ensino Secundário; o Industrial; o Comercial; o Agrícola; o Militar e o Normal. O Ensino Secundário tinha o objetivo de levar os alunos aos cursos superiores, que eram privilégio de poucos. Os demais eram profissionalizantes, destinados às classes cujos destinos seriam a passagem imediata para o mercado de trabalho.

Podemos perceber que, a partir da década de 1950, a Educação brasileira passou por diversas alterações, aflorando o desejo por parte de alguns educadores de criar maiores oportunidades educacionais. O entusiasmo de Felipe Tiago Gomes o levou à criação de Ginásios acessíveis a jovens sem condições financeiras por todo o Brasil. Muitos tiveram a oportunidade de ingressar e concluir o Ensino Secundário e assim o fizeram.

A abordagem das mudanças do Ensino Secundário diante das leis, nos dois primeiros capítulos desta dissertação, influencia diretamente o Ginásio Dr. José Ferreira, pois teve seu respaldo nas Leis 4024/61 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na 5692/71 da Reforma de Ensino de 1 e Segundo Graus eliminando a descontinuidade existente entre o primário e o Ginásio dando fim aos exames de Admissão. A CNEC não foi somente um sonho idealizado por Felipe Tiago Gomes e seus amigos em 1943, mas, sim, um nascimento de uma realidade que sacudiu o Brasil para a luta da democratização do Ensino Médio.

O Ginásio Dr. José Ferreira alcançou seu objetivo, quando foi criado, oferecendo vagas a jovens sem recursos financeiros para adquirir o Ensino Secundário, que tinha um caráter elitista. O estado gratuito não era um requisito da CNEG, pois o colégio precisava crescer, e assim o fez com doações da comunidade uberabense e contribuições dos alunos. O Ginásio foi criado no período noturno, mas em 1963, passou a funcionar também no período diurno, cujos alunos e famílias que tinham melhores condições financeiras contribuíam para a manutenção das aulas do noturno.

O Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, sob à direção do Professor Danival Roberto Alves em Uberaba, é atualmente inserida na categoria de escola privada filantrópica cuja mantenedora financeira é a CNEC, localizada na cidade de Brasília (DF). É uma escola com visão inovadora, inserida na diversidade cultural por meio de seus projetos, oferecendo aulas de música (inclusive aprendizagem de instrumentos abertos à comunidade), circo, balé, dança, natação, computação. Todos esses cursos estão incluídos na mensalidade do aluno, com

exceção do ensino bilíngue no Fundamental I e do curso de Robótica. Possui a CNEC online, ambiente virtual onde são compartilhadas entre docentes e discentes, atividades propostas, aulas e registro de notas dos alunos, ao qual os pais ou responsáveis podem ter acesso. As salas de aulas possuem projetor de multimídia e há também as salas que são informatizadas com computadores individuais e lousas interativas. O colégio tem sua própria gráfica destinada à confecção de suas apostilas, que também são distribuídas à todas unidades da rede CNEC no Brasil.

Atende desde o Berçário até o Ensino Médio e exerce um papel importante na sociedade uberabense, oferecendo ensino de qualidade e projetos sociais como a Casa do Caminho, que dá assistência aos doentes de Aids, a Casa de Loide e Eunice, que oferece moradia e alimentação para meninas adolescentes que se encontram em situação de risco social e a distribuição da sopa fraterna do Lar Espírita Meimei. Durante as Olimpíadas do colégio, os alunos arrecadam itens alimentares, para a distribuição de cestas a pessoas carentes.

Quanto às perspectivas de crescimento, a criação da Faculdade CNEC de Educação de Uberaba (FACEUB) já se encontra em funcionamento com o curso de Especialização docente em Matemática para o Ensino Fundamental 1 do PED Brasil (Programa de Especialização Docente, criado pelo *Lemann Center* da Universidade Stanford com a colaboração de professores da *Stanford Graduate School of Education* e da *Sacramento State University*) e o primeiro curso superior de Tecnologia e Produção em Multimídia.

Em termos de contribuição teórica, a presente pesquisa investigou a história da fundação da CNEC e sua difusão por alguns dos estados brasileiros e do Ginásio Dr. José Ferreira, e nos permitiu compreender sobre diferentes perspectivas, como esse ginásio foi construído e se desenvolveu ao longo de sua trajetória até o ano de 1971, tendo como base uma análise do desenvolvimento do ensino secundário e suas mudanças de acordo com a conjuntura política e educacional do período recorte proposto.

O Ensino Secundário, quando a CNEC foi criada, nos anos de 1930 e 1940, era elitista e portanto muitos jovens não tinham acesso a ele. Porém, sinais de mudança começaram a aparecer, assim como a criação de ginásios da rede CNEG para mudar o conceito da escola elitista no Brasil. O Ginásio Dr. José Ferreira, através da oferta do Ensino Secundário, procurou atender essa demanda. O Ginásio precisava de investimento financeiro, então passou a ofertar os estudos no período diurno para que pudesse custear com as despesas do curso noturno. Isso nos mostrou que não era totalmente possível a escola ofertar o ensino secundário por inteiro na gratuidade

Os aspectos históricos que levaram ao surgimento e ao desenvolvimento da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e do Ginásio Dr. José Ferreira foram compreendidos, pois foram baseados na análise das informações obtidas ao longo desse estudo.

O estudo aponta que o processo de democratização do Ensino Secundário durante as décadas de 1930 a 1970 foi lento e dependente de questões políticas, principalmente no que se diz respeito à formação do jovem para o mercado de trabalho. Pode-se dizer que ainda podemos fazer uma relação entre o ensino secundário do período analisado e o que chamamos de Ensino Médio ressaltando que não somente torna o jovem um ser capaz de refletir e se desenvolver plenamente suas potencialidades, mas também possui um perfil de engajá-lo no trabalho desde que cursos profissionalizantes são criados e incentivados, mantendo vestígios do Ensino Secundário.

O caminho trilhado pelo mestrado transformou nossas vidas, tanto profissional, acadêmica e pessoal. Através de experiências enriquecidas com estudos foi possível ampliar nossa capacidade de pesquisadora proporcionando-nos uma reflexão sobre a transformação educativa no País.

REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. A homogeneização do ensino secundário na década de 1930: estratégias de eficiência, racionalidade e controle. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n.especial 2 p. 294. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/18.pdf>> Acesso em 3 fev 2016.

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14.724, de 17.03.2011**. Informação e documentação, trabalhos acadêmicos, apresentação. Válida a partir de 17.04.2011. Rio de Janeiro, 2011.

ARQUIVO DO COLÉGIO DR. JOSÉ FERREIRA. **Dr. José de Oliveira Ferreira (1964 – 1961)**. O Visconde de Mauá de Uberaba. Folha datilografada, p. 1-5

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA Acesso 15 dez 2017.

BARBOSA, Maria Maura; PEREZ Tereza. **O que revela o espaço escolar?** – um livro para diretores de escola. Comunidade educativa CEDAC e Editora Moderna, 2002, p.13. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A833E8BA005013E9E000E650B9C>> Acesso em 29 jul. 2016.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política Teoria das Elites**. I. Definição de Elite. Vol. I. Brasília/DF: UNB, 11.ed. p.386, 1998.

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 - **Lei Francisco Campos. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário**. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em 03 ago.2016

_____. **Decreto-lei nº 19890, 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html> Acesso 12 dez 2016.

_____. **Decreto-lei nº 19851, 11 de abril de 1931** Dispõe que o Ensino Superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso 8 nov 2016.

_____. **Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932**. Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/.../decreto-21241-4-abril-1932-503517-norma-pe.html>. Acesso em 05 set. 2016.

_____. **Decreto-lei nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939**. Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1063-20-janeiro-1939-349215-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 17 out.2016.

_____. Decreto-lei nº 4048, de 22 de janeiro de 1942. **Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)**. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-norma-pe.html>>. Acesso em 23 jun.2016.

_____. **Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942** - Lei Orgânica do Ensino Industrial. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm>. Acesso em 05 jul.2016.

_____ **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**, que aprova a Consolidação da Leis do Trabalho – CLT. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm

_____ **Ministério da Educação e Cultura. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei orgânica do Ensino Secundário. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28 ago. 2016

_____. **Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943** - Lei Orgânica do Ensino Comercial. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 12 ago. 2016.

_____. **Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946** - Lei Orgânica do Ensino Primário. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 26 set. 2016.

_____. **Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946** - Lei Orgânica do Ensino Normal. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 18 jun.2016.

_____. **Decreto-lei nº 8621, de 10 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm>. Acesso em 22 jul. 2016

_____. **Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946** - Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Brasília. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 maio.2016.

_____ **Decreto-lei nº 1490-B, de 11 de dezembro de 1951**. Concede auxílio à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1490-b-11-dezembro-1951-362124-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 12 set. 2016

_____ **Decreto-lei nº 3.557, de 17 de maio de 1959**. Determina a inclusão de subvenções no orçamento do Ministério da Educação e Cultura em favor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e da Associação de Educação Católica do Brasil.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3557-17-maio-1959-354308-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 10 out 2016.

_____ **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em 15 ago.2016.

_____ **Decreto-lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967.** EMENTA: Provê sobre a CABRAL, Dr. José Irineu. A primeira aula da CNEC. Dr. José Irineu Cabral, membro da Diretoria Nacional da CNEC. 1984, p. 69-70.

_____ Ministério da Educação e Cultura. **Portaria nº 76. 1º artigo e 2º artigo.** Brasília, DF, 17 fev. 1970.

_____ **Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Do Ensino de 1º e Segundo Graus.** Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 1º out. 2016

_____ Inspectoria Seccional de Uberaba. **Portaria nº2.1º artigo e 2º artigo.** Brasília, DF, 25 jul.1972.

_____ Ministério da Educação e Cultura. Educação no Brasil: **Textos Selecionados.** Brasília: MEC, 1976, p.31.

_____ **Portaria 1607/86 e Portaria 1608/86** Diário Oficial de Minas em 29/07/1976, p. 13.

_____ **Diário Oficial de Minas Gerais**, publicado em 23 de dezembro de 1998, na página 3 do Diário do Executivo, Legislativo e Publicações de Terceiros

_____ **Portaria nº 553/2001**, emitida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais em 14 de julho de 2001

CAMPOS, Francisco. **Exposição de motivos**, Ministério da Educação e da Saúde Pública, Rio de Janeiro, p. 3 e 5, 1931.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 11.ed. Brasília: Editora Civilização Brasileira, 2008.

Antônio Gramsci (1891 – 1937). Cláudio de Moura Castro - Veja, 15 fev. 2017).

CNEC – Unidades em Minas Gerais. Disponível em: <cneec.br>. Acesso 26 set. 2016

FERNANDES, Raimundo Nonato. **CNEC O Modelo Brasileiro de Escola. Anais do XXIX Congresso Nacional Ordinário.** Terceira Sessão Plenária. Brasília: Edições Cenecistas,1985, p.113-118

HORTA, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema**, Coleção Educadores. Recife: ed. Massangana, 2010. 1942 p.20-21 Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4702.pdf>>

CONGRESSO NACIONAL - CNEC – **50 anos a serviço da educação e da comunidade.** Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o cinquentenário da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Brasília, 10 ago.1993.

JÁCOMO, Ruben. **Exposição histórica, descritiva e financeira até ao ano de 1977.** Arquivo particular do colégio Dr. José ferreira. Fls. 10-19, datilografadas.

FERREIRA NETO, Augusto; GARCIA, Sebastião. **Desenvolvimento comunitário, princípios para a ação.** Rio de Janeiro: Bloch,1987.

GATTI JÚNIOR, Décio; IGNÁCIO FILHO, Geraldo. **História da Educação e Perspectiva, ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDFU, 2005.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação.** São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES, Felipe Tiago Gomes. **Escolas da Comunidade.** 6.ed.. CNEC Edições. Brasília.1989, p.20-22,32-34, 58-59, 32,63-69.

_____. **CNEC – 50 anos a serviço da Educação e da comunidade.** Discurso de Felipe Tiago Gomes. Sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o cinquentenário da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Congresso Nacional. Brasília, 10 ago.1993.

HOLANDA, Ivanildo Coelho. **CNEC. Um estudo histórico.** Edições UFPB CNEC. João Pessoa 1981, p.21-22, 32-34, 39, 67,86, 90

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996

LIMA, Geraldo Gonçalves de; GATTI JÚNIOR, Décio. O lugar e a forma tomada pela disciplina História da Educação nos currículos de formação de professores (1927-1971). **Revista Diálogo Educacional.** Curitiba, v. 11, n. 34, p. 772-785 set. / dez. 2011.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, Uberaba. MG, ano LIV, nº 13.132, p. 4, 4 mar.1953.

_____ Uberaba. MG, ano LIV, nº 13.168, p.1, 16 abr 1953.

_____ ano LIV, nº 13.210. p.3-1, 10 jun 1953.

_____ ano LIV nº 13.436.p.5

LISBOA, Aleluia Heringer; GOUVEA, Maria Cristina Soares. Colégio Estadual Central: autogoverno e produção social da excelência no Ensino Secundário (Belo Horizonte, 1956-1964). **Educação em Revista,** vol.32 no.1 p.264-265. Belo Horizonte Jan./Mar.

LIVRO DE ASSINATURAS (1954 A 1958). Arquivo particular do Colégio Dr. José Ferreira.

LIVRO DE ATA DE RESULTADOS FINAIS. 15 de dezembro de 1954. Arquivo particular do Colégio Dr. José Ferreira. p.4

LIVRO NÚMERO 1 DE REGISTRO DE MATRÍCULAS (1954 A 1963). Arquivo particular do Colégio Dr. José Ferreira.

LIVRO NÚMERO 1 DE ATA / EXAMES DE ADMISSÃO DAS TURMAS DE 1954 A 1968. Arquivo particular do Colégio Dr. José Ferreira.

LIVRO DE ATAS DE REUNIÕES DE PROFESSORES DO CURSO GINASIAL, (1958 a 1960) pág. 1 e 2. Arquivo particular do Colégio Dr. José Ferreira.

LIVRO DE ATAS DE REUNIÕES DOS DIRETORES ADMINISTRATIVOS DO COLÉGIO (1968 E 1974). Arquivo particular do Colégio Dr. José Ferreira.

MENEZES, Ebenezer Takuno; SANTOS, Thaís Helena. **Verbete Reforma Capanema**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-capanema/>>. Acesso em: jun. 2016.

NAVES, Nelsimar Naves. **História e Memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbáiba – GO (1956 a 1974)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás Campus Catalão (GO). Catalão (GO). Jun. 2013. Programa de Pós-Graduação em Educação 2013.

NEVES, Leonardo dos Santos. **Organização do Ensino Secundário em Minas Gerais no século XIX**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte (MG). Out.2006. Programa de Pós-Graduação em Educação.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” Ensino Secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**. Nº.14 Rio de Janeiro May/Aug. 2000. p.44-47

PALMA FILHO, J. C. (org.). **Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação**. História da Educação. 3.ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP, 2005, p.1-11. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>> Acesso em 05 maio. 2016

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia. Tavares. Tempos, espaços e organização do trabalho escolar em três expressões de governos autoritários brasileiros: 1931, 1961 e 1971 – estudo histórico-jurídico comparado do Ensino Secundário. **Educar em Revista**, Curitiba/PR: Editora UFPR, n. 51, p. 67-83, jan. / mar.2014.

QUEIROZ, Rachel. O sonho do Professor Felipe. **Revista O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, em 10/02/1962. Disponível em <<https://www.oocities.org/felipetiagogomes/artigos/rachel-de-queiroz/>> Acesso em 16 abr.2016

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SANTOS, Vanessa; CANDELORO, Rosana J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: Age, 2006.

SILVA, Geraldo Bastos. **A Educação Secundária** (Perspectiva histórica e teoria). São Paulo, Nacional, 1969, p.331

SILVA, Ronalda Barreto, **Educação Comunitária**. Além do Estado e do mercado? A Experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC (1985-1998): Autores Associados, 2003, p.113,114

SCHWARTZMAN, Simon. Gustavo Capanema e a Educação brasileira: uma interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 66 (153), 165-72, maio/ ago.1985.

_____, BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro, **Tempos de Capanema**. 2.ed., Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. A Escola Secundária em transformação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.21, n.53, abr./jun. 1954. p.3-20. Biblioteca Virtual Anísio Teixeira.

VARGAS, Getúlio – **A instrução profissional e a Educação moral, cívica e agrícola** – Discurso pronunciado em 18 de agosto de 1933, na capital da Bahia, Salvador. Disponível em:<<http://www.bbbliblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-Presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/02.pdf/view>> Acesso em 28 ago. 2016 acesso em 28 ago. 2016

VARGAS, Getúlio. **18 de agosto de 1933** - A instrução profissional e a Educação moral, cívica e agrícola - Discurso pronunciado, na capital da Bahia, Salvador. 1933, p.28.

VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007 apud NAVES, Nelsimar. **História e Memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbáiba – GO (1956 a 1974)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás Campus Catalão Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013

VERMELHO, Dulce Oliveira; PONTES Joel. **CNEC, O ABC da História**. Uberaba: Edições Cenecistas, 1984.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Reformas Educativas no Brasil**: uma aproximação histórica. Disponível em:<pt.slideshare.net/IasminCosta/reformas-educativas-no-brasil-uma-aproximao-historica> p.12-14. Acesso em 5 out. 2016.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e Educação no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas: Papyrus, 1990.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, Educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. São Paulo: Autores Associados, 2004.

Websites consultados

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/biografias/francisco_campos>. Acesso em: 12 de jul. 2016

<<http://www.escolanova.com.br/edinf/metodologia.asp>>. Acesso em 15 de jun 2016

<www.infoescola.com/biografias/anisio-teixeira>. Acesso em 12 de ago 2016

<www.scielo.br> IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. O Brasil no final do século xx: um caso de sucesso.vol.41 n.4 Rio de Janeiro 1998. Acesso em 16 jun 2016.

<http://giseldacampos-jornalista.blogspot.com.br/2012/06/conta-gotasnoticias_04.html>
Acesso em 12 de fev. 2017

<[https://homemculto.com/2008/10/28/historia-de-uberaba/.](https://homemculto.com/2008/10/28/historia-de-uberaba/)> Acesso em 3 jan. 2017

<<blogdotademiracema.blogspot.com.br>>Acesso 4 mar.2017

ANEXOS

Anexo 1 Portaria nº 2, de 25 de julho de 1972, Inspeção seccional de Uberaba

**Inspetoria
Seccional de Uberaba**

**PORTARIA Nº 2, DE 25 DE
JULHO DE 1972**

A Inspectora Seccional de Uberaba, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 283 de 27 de abril de 1970, da Diretoria do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Cultura, e tendo em vista as instruções do Ofício-Circular nº 12-71, do mesmo Ministério, resolve:

Art. 1º Conceder reconhecimento ao 1º e 2º ciclos do Colégio "Dr. José Ferreira", situado à Rua Felipe dos Santos nº 10, em Uberaba — Estado de Minas Gerais.

Art. 2º É concedido também o reconhecimento as Classes Anexas de 1º ciclo mantidas pelo Colégio "Dr. José Ferreira" no Hospital do Penfigo Foliáceo de Uberaba, na Rua Castro Alves nº 126, em Uberaba — Estado de Minas Gerais.

Uberaba, 25 de julho de 1971. —
Izabel Bueno.

(Nº 5.703-B — 20-10-72 — Cr\$ 19,00) .

Anexo 2 Portarias n.ºs. 459/76 a 470/70

ATOS DO SR. DIRETOR

PORTARIAS N. 459/76 a 470/70

Concedem reconhecimento a estabelecimentos particulares, integrados ao Sistema Estadual por força da Lei n. 5692/71.

O Diretor da Superintendência Educacional da Secretaria de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no item 03 da Resolução SEE/1799, de 2 de fevereiro de 1976, e com base no art. 74, da Lei Federal n. 5692, de 11 de agosto de 1971, e no art. 45 da Resolução n. 215/75, do Conselho Estadual de Educação, publicada no «Minas Gerais» de 18 de março de 1976, resolve:

PORTARIA N. 459/76

Escola da Comunidade «Dr. José Ferrelra», de Uberaba, 1º grau (5ª à 8ª série) e 2º Grau, com o curso Colegial Secundário.